

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG BA/SE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

**Salvador/BA - 2013**

## **Equipe de Elaboração do Relatório**

**Bruno Miguel Rodrigues Guimarães - Coordenador**

**Shirley Campos Carvalho Maia - Membro**

**Marilise Machado Lopes - Membro**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG BA/SE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**SUREG/BA/SE**

**Salvador/BA - 2013**

## Sumário

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>4</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....</b>	<b>13</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.....	13
1.2. Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico.....	15
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>24</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	24
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	27
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>29</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	29
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	35
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	35
3.2.2. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	36
3.2.3. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	37
Distribuição de alimentos.....	39
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	39
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>40</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	40
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	41
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	41
4.2.2. Venda em Balcão.....	42
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	43
<b>5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>45</b>
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	45
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	46
5.3. Principais indicadores de desempenho.....	47
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>48</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	48
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	50
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	54
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos. Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local.....	56
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>57</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	57
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>58</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	58
<b>10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>59</b>
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>60</b>
11.1. Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras.....	60
11.2. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	60
11.3. Previdência Complementar (Cibrius).....	66
Identificação da Unidade (Entidade).....	66
Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores	

referentes ao mês de competência).....	66
Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701.....	66
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>70</b>
12.1. Programas e Ações do PPA.....	70
12.2. Demonstrações Contábeis .....	72
12.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	72
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES.....</b>	<b>73</b>
13.1. Controle Interno da UJ .....	73
<b>Resultados e Conclusões.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>76</b>

## Lista de Siglas

ABC – Agência Brasileira de Cooperação  
AGF – Aquisição do Governo Federal  
Art. - Artigo  
ASG - Auxiliares de Serviços Gerais  
ATR - Açúcar Total Recuperável - ATR  
AUDIN - Auditoria Interna  
Av. - Avenida  
BA – Bahia  
BACEN - Banco Central do Brasil  
BD – Benefício definido  
BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuro  
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CAMEX - Câmara de Comércio Exterior  
CDA - Certificado de Depósito Agropecuária  
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar  
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar  
CDBS – Certificados de Depósito Bancário  
CDI - Certificados de Depósito Interbancário  
CEASAS – Centrais de Abastecimentos  
CetipNet - Plataforma eletrônica de negociação de títulos e valores mobiliários da Câmara de Custódia e Liquidação  
CFP - Companhia de Financiamento da Produção  
CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Social  
CGU – Corregedoria Geral da União  
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento  
CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefício  
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local  
CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool  
Conced. Concedido  
Cp. - Capacidade  
CPR – Compra da Agricultura Familiar  
CPR-Doação - Compra Especial da Agricultura familiar  
CPR-Estoque - Formação de Estoque pela Agricultura Familiar  
CV - Contribuição Variável  
CVM - Comissão de Valores Mobiliários  
Dec. - Decreto  
DDI futuros – Contratos Futuros Negociados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros)  
DERAL - Departamento de Economia Rural  
DEST - Departamento de Controle de Governança das Empresas Estatais  
DEVCOCAST -(acrônimo) Projeto GeonetCast para e por países em desenvolvimento  
DI - Contratos Futuros Negociados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros)  
DIAFI – Diretoria Administrativa e Financeira

DIFIN - Diretoria Financeira  
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações  
DIRAB - Diretoria de Operações e Abastecimento  
DIRAD - Diretoria Administrativa  
Dist. - Distrito  
DOU – Diário Oficial da União  
DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial  
DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício  
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar  
EMATER - Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina  
Equip. - Equipamento  
FIDCs - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios  
FIF – Fundo de Investimento Financeiro  
FIs -Fundo de Investimento  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
GEARE - Gerência de Avaliação de Resultados  
GEASA - Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras  
GEBEM - Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho  
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns  
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns  
GECAP - Gerência de Capacitação e Desenvolvimento  
GECON – Gerência de Contabilidade  
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico  
GEFAD – Gerência de Finanças e Administração  
GEFIS - Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais  
GEHOR - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro  
GEOPE – Gerência de Operações  
GEOSAFRAS – Projeto tecnológico que tem como finalidade estimar, por meio de uma rede multi-institucional, áreas cultivadas e produtividade agrícola com uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS - Global Positioning System e SIG - Sistema de Informações Geográficas)  
GEPES – Gerência de Pessoal  
GEPRI - Gerência de Parcerias Institucionais  
GEVEP - Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados  
GPS – Global Position System (Sistema de Posicionamento Global)  
Ha - hectare  
HSBC – Banco  
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço  
IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado  
INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia  
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo  
ISS – Imposto Sobre serviço  
Jd. Jardim

JRC – Joint Research Center  
 Km – Quilometro  
 LFT-B – Letras Financeiras do Tesouro – série B  
 LOA – Lei Orçamentária Anual  
 MAB - Master of Business Administration  
 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
 MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
 MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 MI - Ministério da Integração Nacional  
 MOC - Manual de Operações da Conab  
 Mov. - Movimento  
 MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
 MPS – Ministério da Previdência Social  
 Mtb – Ministério do Trabalho e Emprego  
 N°. - número  
 NR – Norma Regulamentadora  
 NTN-B – Notas do Tesouro Nacional – série B  
 NTN-C - Notas do Tesouro Nacional – série C  
 OAN - Ouvidoria Agrária Nacional  
 Obrigue. - Obrigação  
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
 Paneta - Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos.  
 PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
 PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários  
 PDV - Pedido de Demissão Voluntária  
 PDVI - Pedido de Demissão Voluntária e Incentivada  
 PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto  
 PEPRO - Prêmio Equalizador pago ao Produtor  
 Perm. - Permanente  
 PESOJA - Prêmio Equalizador da Soja  
 PGPAF -Preços de Referência para a Agricultura Familiar  
 PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos  
 PI – Piauí  
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar  
 PROGE - Procuradoria Geral  
 PROHORT - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro  
 PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar  
 PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada  
 PTRES – Programa de Trabalho Resumido  
 Quede – Quantidade  
 R\$ - Real  
 Recebê. Recebido  
 REFAP - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos  
 Rod – Rodovia  
 RP – Restos a Pagar  
 SAS – Serviço de Assistência à Saúde  
 SE – Sergipe  
 SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná  
 SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado de Sergipe



SEAPE – Serviço de Apoio ao Empresário  
 SECOF - Setor Fiscal e Setor Contábil  
 SECOM – Setor de Operações Comerciais  
 SEDEC - Secretaria Nacional de Defesa Civil  
 SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
 SEOPE – Setor de Operações de Estoques  
 SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção a Igualdade Racial  
 SEREH – Setor de Recursos Humanos  
 SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
 SETAD – Setor Administrativo  
 SFC - Secretaria Federal de Controle Interno  
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
 SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal  
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
 SICAF -Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores  
 SICONV – Sistema de Convênio do Governo Federal  
 SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
 SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná  
 SINAC - Sistema Nacional de Comercialização  
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal ..  
 SIPES – Sistema Integrado de Pessoal  
 SISAC- Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões  
 SPA - Secretaria de Política Agrícola  
 SPC - Secretaria de Previdência Complementar  
 SUARM - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques  
 SUCON - Superintendência de Contabilidade  
 SUFIN - Superintendência de Finanças  
 SUFIS - Superintendência de Fiscalização de Estoques  
 SUGOF - Superintendência de Gestão da Oferta  
 SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio  
 SUMAJ - Subprocuradoria de Matéria Judicial  
 SUMOC - Superintendência de Modernização e Capacitação  
 SUOPE - Superintendência de Operações  
 SUPAB - Superintendência de Abastecimento Social  
 SUPOR - Superintendência de Orçamento e Avaliação  
 SUREG – Superintendência Regional  
 SUREH - Superintendência de Recursos Humanos  
 T – tonelada  
 TCU – Tribunal de Contas da União  
 TPF - Tabela de Participação Financeira  
 TR – Taxa Referencial  
 Trib. - Tributária  
 UAs – Unidades Armazenadoras  
 UF – Unidade da Federal  
 UFPR – Universidade Federal do Paraná  
 UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
 UG – Unidade Gestora  
 UJ – Unidade Jurisdicionada  
 UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
 Unid – Unidade  
 Var. - Variação  
 VEP - Valor de Escoamento do Produto

## WA - Warrant Agropecuário

## Lista de Quadros

Quadro 01	Demanda por serviços de armazenagem	p. 27
Quadro 02	Serviços que geram receitas próprias na UJ	p. 28
Quadro 03	Principais clientes do setor privado – comercialização	p. 28
Quadro 04	Aquisição de produtos através da AGF	p. 36
Quadro 05	Demonstrativo de Comercialização de PEP	p. 36
Quadro 06	Dez maiores operações de PEP	p. 36
Quadro 07	Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)	p. 37
Quadro 08	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	p. 37
Quadro 09	Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)	p. 37
Quadro 10	Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	p. 38
Quadro 11	Dez maiores operações na CDAF	p. 38
Quadro 12	Dez maiores operações na CPR-Doação	p. 38
Quadro 13	Dez maiores operações na CPR-Estoque	p. 39
Quadro 14	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	p. 41
Quadro 15	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	p. 41
Quadro 16	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	p. 42
Quadro 17	Dez maiores operações de VEP	p. 43
Quadro 18	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	p. 43
Quadro 19	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas	p. 45
Quadro 20	Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros	p. 45
Quadro 21	Demonstrativo de Vendas pela REFAP	p. 46
Quadro 22	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	p. 48
Quadro 23	Resultado dos Serviços de Armazenagem	p. 49
Quadro 24	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	p. 50
Quadro 25	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	p. 50
Quadro 26	Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	p. 51
Quadro 27	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	p. 52
Quadro 28	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	p. 54
Quadro 29	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	p. 60
Quadro 30	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	p. 60
Quadro 31	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	p. 61
Quadro 32	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	p. 61
Quadro 33	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	p. 62
Quadro 34	Composição do Quadro de Estagiários	p. 63
Quadro 35	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	p. 63
Quadro 36	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	p. 64
Quadro 37	Ações orçamentárias da UJ	p. 69
Quadro 38	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	p. 70
Quadro 39	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	p. 71
Quadro 40	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	p. 71
Quadro 41	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	p. 72-73

Quadro 42	Balanço Patrimonial	p. 75-76
Quadro 43	Demonstração dos Fluxos de Caixa	p. 77
Quadro 44	Demonstração do Resultado do Exercício	p. 78-79
Quadro 45	Demonstração do Valor Adicionado	p. 79
Quadro 46	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	p. 80

## Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional dos estados da Bahia e de Sergipe, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

Convém destacar que os indicadores de desempenho estão sendo desenvolvidos pela Matriz da Companhia, com a participação de técnicos de diversas áreas. Foram propostos alguns indicadores que ainda estão em fase de análise nas diversas Superintendências de Área, com o intuito de verificar se atendem aos requisitos de qualidade, tais como: Validade, Comparabilidade, Estabilidade, Homogeneidade, Praticidade, Independência, Confiabilidade, Seletividade, Compreensão, Completude, Economicidade, Acessibilidade, Tempestividade e Objetividade. Oportunamente, os indicadores produzidos entrarão em fase de teste de aplicabilidade, podendo, no futuro, serem utilizados nas Superintendências Regionais da Companhia. Destarte, alguns já foram concluídos e trazidos no bojo deste Relatório.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2012-2015 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou termos de cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

No exercício de 2012 não houve a necessidade de intervenção da CONAB na aquisição direta dos produtores rurais, devido ao comportamento dos preços praticados no mercado que se mantiveram acima dos preços mínimos estipulados pelo Governo Federal para as principais culturas, exceção para a cultura do sisal que foi amplamente subvencionada com o Prêmio para Escoamento de Produto, bem como a cultura do arroz, em Sergipe.

Também aplicamos subvenção direta para os produtores de cana-de-açúcar e para os extrativistas de piaçava bruta.

A SUREG/BA/SE, no exercício de 2012 realizou a doação de toneladas de alimentos, beneficiando diversas famílias nos Estados da Bahia e Sergipe.

No exercício de 2012, realizamos ações para a consolidar a implementação da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP nos bairros do subúrbio de Salvador, objetivando a implantação de uma nova central de negócios; bem como, fiscalização dos estoques governamentais.

Dentre os planos e projetos para o exercício de 2013, temos a realização dos procedimentos necessários para a compra de imóvel para abrigar a sede da Superintendência Regional da Bahia.

A SUREG/BA/SE, no exercício de 2012 esteve presente, com muita ênfase, nas ações voltadas para diminuir os efeitos advindos com a forte estiagem que a assola a região Nordeste, através do Programa Venda em Balcão, com a venda do produto milho, para os pequenos criadores, iniciando-se a abertura de novos polos de distribuição (venda). Além do Programa Venda em Balcão, foram distribuídas em doação, através da parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, arroz, feijão, leite, cestas de alimentos e néctar de laranja.

Por fim, ressaltamos que este Relatório procura focar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg Bahia e Sergipe para

continuar cumprindo a sua missão institucional de “**contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento**”.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e art. 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Nome e período dos principais responsáveis (membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor)	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e Gestão</b>		
2.1	Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
2.2	Principais clientes do setor público – comercialização; Principais clientes do setor público – armazenagem; Principais clientes do setor privado – armazenagem	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>3. Sustentação de Renda</b>		
3.2.2	Contratos de opção de venda	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.3	Principais indicadores de desempenho	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
6.4	Principais indicadores de desempenho	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
<b>7. Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação</b>		
7.2.	Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab. Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
7.3.	Análise das ações de movimentação de estoques públicos Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes.	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
7.4	Principais indicadores de desempenho.	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
<b>10. Geração e Difusão de Informações</b>		
10.1	Principais trabalhos produzidos com ênfase no público-alvo e impactos nas cadeias produtivas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>11. Gestão de Pessoas</b>		
11.1	Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.

11.2	Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
11.3	Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
11.4	Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
11.5	Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
11.6	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.1	Indicadores de desempenho institucionais	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
12.2	Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.4	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>13. Governança e Controles</b>		
13.2	Deliberações do TCU e CGU	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.
13.3	Auditoria Interna	Conteúdo a ser declarado no Relatório da Matriz, considerando a natureza jurídica da UJ.

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

**1.1. Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.**

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		<b>Código SIORG:</b> 14	
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
<b>Denominação completa:</b>  Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional da Bahia e Sergipe			
<b>Denominação abreviada:</b> Conab - Sureg/BA/SE			
<b>Código SIORG:</b> 87209	<b>Código LOA:</b> NÃO SE APLICA	<b>Código SIAFI:</b> 135101	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Empresa Pública. CNPJ: 26.461.699/0001-80			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral		<b>Código CNAE:</b> 84.11-6-00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	<b>71 3417-8630</b>	<b>71 3417-8631</b>	<b>71 3417-3620</b>
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:ba.sureg@conab.gov.br">ba.sureg@conab.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.conab.gov.br">www.conab.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal Regional:</b> Av. ACM, nº 3840, Ed. Capemi, Bl. A, 4º Andar, Pituba, Salvador/Bahia, CEP 41.820-920			
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
<b>1. Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b> A Conab é constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944, de 26.12.90. A última alteração do Estatuto Social foi aprovada por meio do Decreto n.º 6.407, de 24/03/08. A Superintendência Regional da Conab nos Estados da Bahia e Sergipe, é parte integrante da estrutura organizacional da Conab e foi criada mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em Reunião Extraordinária, realizada em 10 de janeiro de 1991.			
<b>2. Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
a) Norma 10102 - Estatuto Social			
b) Norma 10104 – Regimento Interno			
c) Lei nº 9.973/2000 – Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas			
<b>3. Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Nº	DENOMINAÇÃO		
10108	Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		

<b>30101</b>	<b>Armazenagem</b>
<b>30105</b>	<b>Aquisição do Governo Federal – AGF</b>
<b>30107</b>	<b>Certificado de Depósito Agropecuária – CDA e Warrant Agropecuário – WA</b>
<b>30201</b>	<b>Remoção de Produtos</b>
<b>30301</b>	<b>Regulamento de Armazenagem – Ambiente Natural</b>
<b>30401</b>	<b>Regulamento de Armazenagem – Ambiente Artificial</b>
<b>30506</b>	<b>Securitização</b>
<b>30507</b>	<b>Contrato de Opção</b>
<b>30508</b>	<b>Prêmio Equalizador Pago ao Produtos Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO</b>
<b>30601</b>	<b>Compra Direta da Agricultura Familiar</b>
<b>UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA</b>	
<b>Código Siafi</b>	<b>Nome</b>
<b>135103</b>	<b>Unidade Armazenadora de Itaberaba</b>
<b>135110</b>	<b>Estoque Estratégico Sergipe</b>
<b>135111</b>	<b>PGPM Sergipe</b>
<b>135112</b>	<b>PGPM Bahia</b>
<b>135113</b>	<b>Estoque Estratégico Bahia</b>
<b>135114</b>	<b>Unidade Armazenadora de Irecê</b>
<b>135416</b>	<b>Unidade Armazenadora de Itabaiana</b>
<b>135425</b>	<b>Mercado de Opções Bahia</b>
<b>135426</b>	<b>Mercado de Opções Sergipe</b>
<b>135558</b>	<b>PAA Bahia</b>
<b>135564</b>	<b>Unidade Armazenadora de Entre Rios</b>
<b>135565</b>	<b>Unidade Armazenadora de Ribeira do Pombal</b>
<b>135566</b>	<b>Unidade Armazenadora de Teixeira de Freitas</b>
<b>135572</b>	<b>PAA Sergipe</b>
<b>135584</b>	<b>Unidade Armazenadora de Feira de Santana</b>
<b>135585</b>	<b>Unidade Armazenadora de Santa Maria da Vitória</b>
<b>GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA</b>	
<b>Todas as UGs informadas acima se relacionam com a Gestão 22211</b>	
<b>RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÃO</b>	
<b>Código Siafi da Unidade Gestora</b>	<b>Gestão</b>
<b>135101, 135103, 135110, 135111, 135112, 135113, 135114, 135416, 135425, 135426, 135558, 135564, 135565, 135566, 135572, 135584 e 135585</b>	<b>22211</b>

As normas acima e outras normativos que regulamentam a gestão encontram-se disponibilizadas na INTRANET, de forma acessível, para consulta por todo o corpo funcional da



Companhia, objetivando dar transparência e nortear os procedimentos internos.

A Conab também disponibiliza no sítio [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) outros normativos para atender ao público externo, e vários aplicativos de consultas públicas contemplando informações em tempo real e *on-line*.

## **1.2. Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico**

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

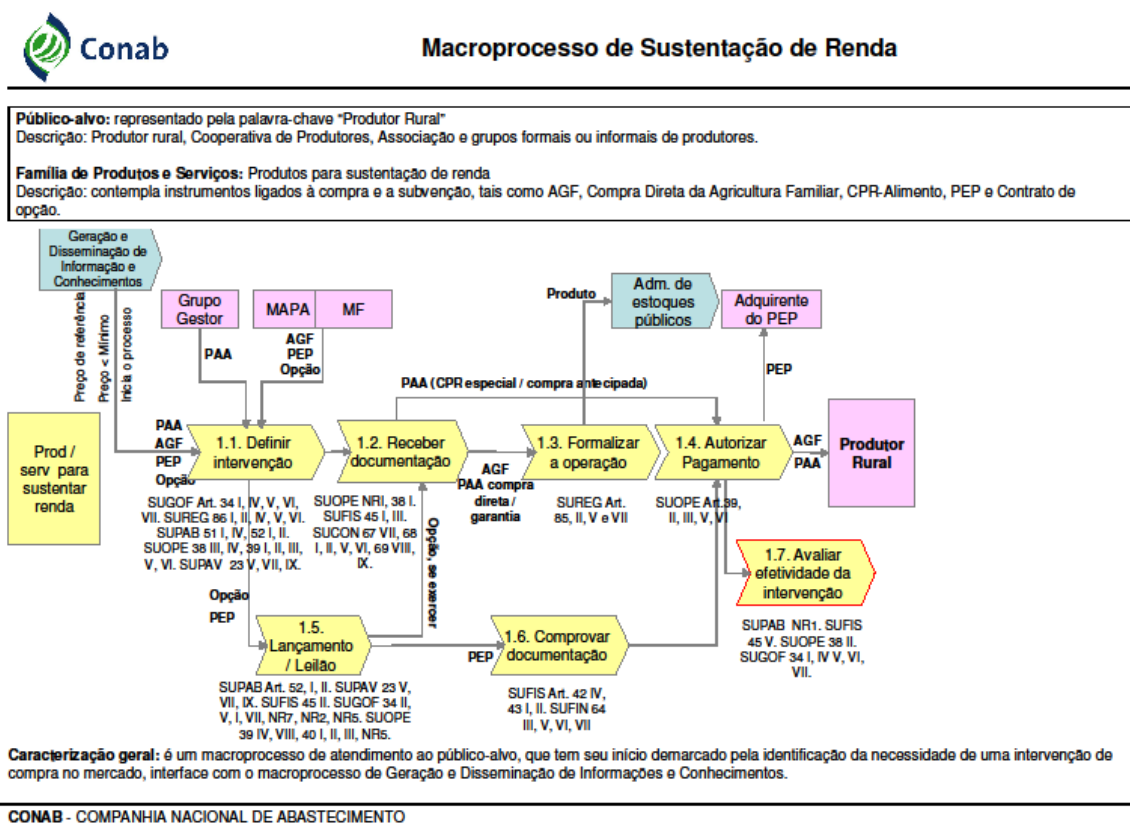
Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de

capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

## Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

### Macroprocesso de Sustentação de Renda



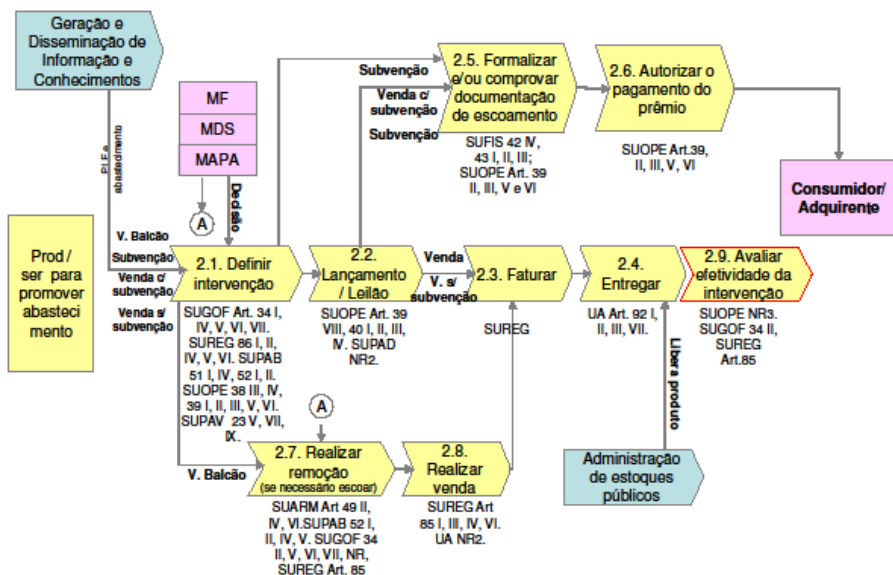
## Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



### Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

**Público-alvo:** representado pela palavra-chave "Consumidor / Adquirente"  
 Descrição: consumidor / adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

**Família de Produtos e Serviços:** Produtos para promover o abastecimento.  
 Descrição: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos, Venda Balcão, VEP, PEP.



CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO



### Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

**Caracterização geral:** é um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção de venda no mercado, interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.

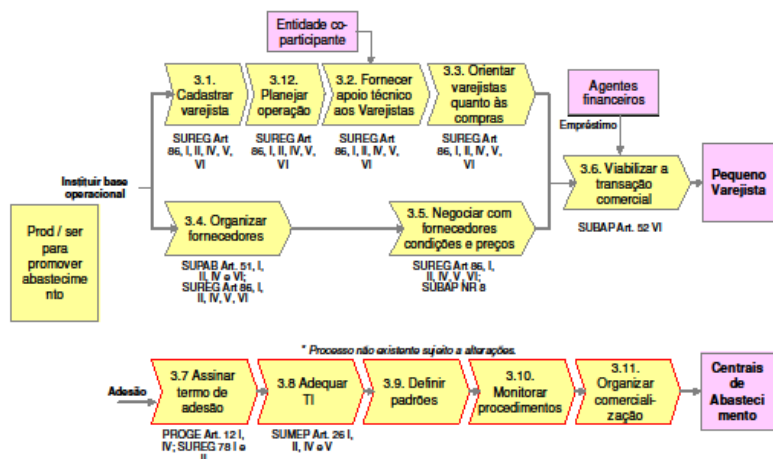
CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

## Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



### Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

**Público-alvo:** representado pelas palavras-chave "Centrais de Abastecimento" e "Pequenos Varejistas"  
**Descrição:** Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).  
**Família de Produtos e Serviços:** Organização de Ceasas e Pequeno Varejo.



**Caracterização geral:** é um macroprocesso novo de atendimento ao público-alvo, ainda em fase de definição e que pode sofrer alterações conforme o amadurecimento do tema na Companhia.

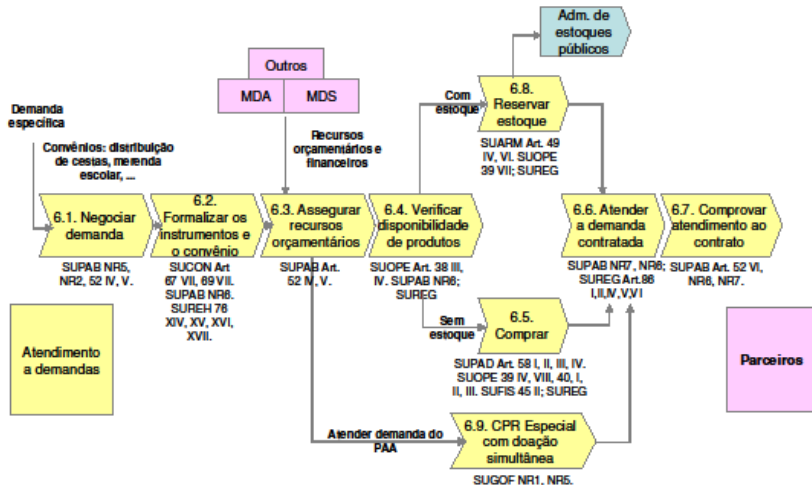
## Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



### Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

**Público-alvo:** representado pela palavra-chave "Parceiros".  
 Descrição: Estas parcerias se caracterizam por ser do Governo, por contratar os serviços da Conab e alocar recursos orçamentários e financeiros para a execução dos serviços contratados. Envolvem órgãos Federais, especialmente MAPA, MDS e MDA, Estaduais e Municipais.

**Família de Produtos e Serviços:** Atendimento às demandas específicas.  
 Descrição: Aquisição para Programas Sociais, Entrega de Cestas, Merenda Escolar, dentre outros.



**Caracterização geral:** é um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado pela demanda externa específica.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

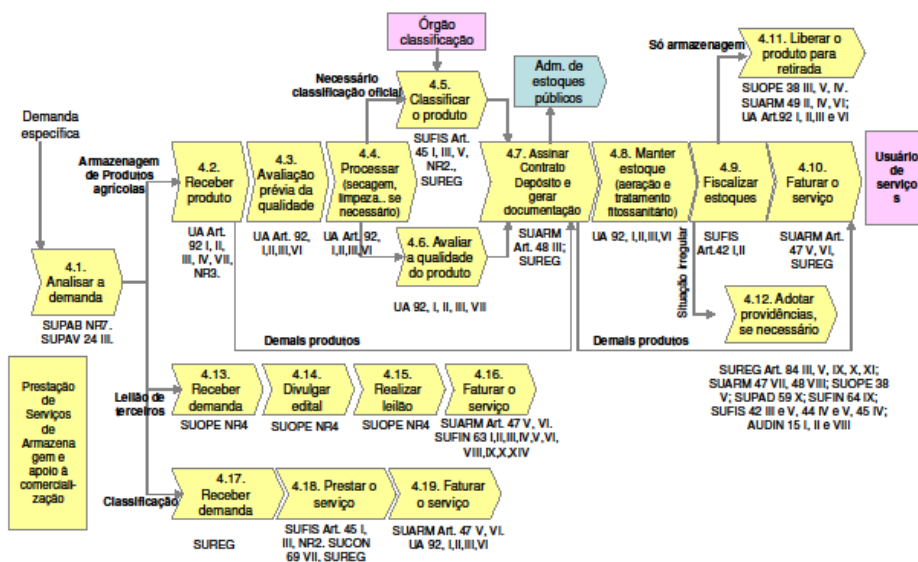
## Macroprocesso de Prestação de Serviços



### Macroprocesso de Prestação de Serviços

**Público-alvo:** representado pela palavra-chave "Usuários de serviços".  
 Descrição: União, sociedade, setor privado.

**Família de Produtos e Serviços:** Prestação de serviços de armazenagem e apoio à comercialização.  
 Descrição: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); Prestação de serviços de classificação para terceiros; Sistema Eletrônico de Comercialização.



CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

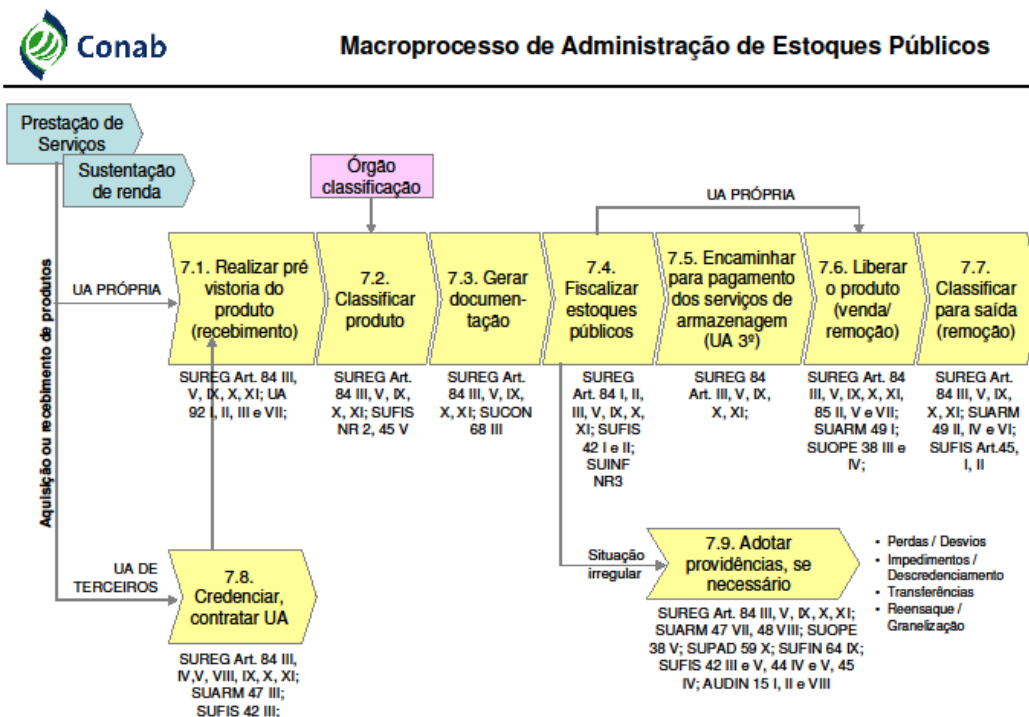


### Macroprocesso de Prestação de Serviços

**Caracterização geral:** é um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado pela demanda externa específica para algum dos serviços nele representado. Este macroprocesso representa a prestação de serviços de armazenagem, classificação e Leilão.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

## Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



**Caracterização geral:** é um macroprocesso de suporte, que tem seu início demarcado pela entrada de estoques públicos.

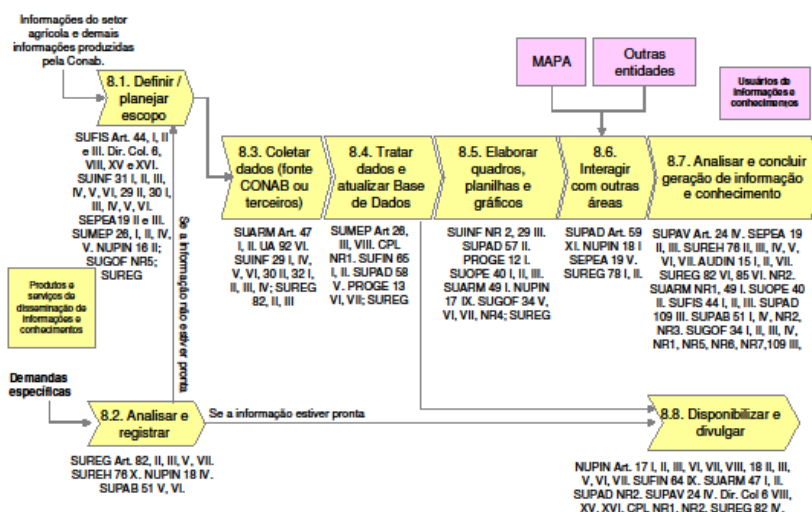
## Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



### Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

**Público-alvo:** representado pela palavra-chave “Usuários de Informações e Conhecimentos”.  
 Descrição: Governo, Setor Agrícola, Agentes Financeiros, Imprensa especializada, Instituições de ensino e pesquisa, Entidades de classe, ONG, Armazenadores.

**Família de Produtos e Serviços:** Produtos e serviços de disseminação de informações e conhecimentos.  
 Descrição: Estudos técnicos e científicos, Proposta de Política Agrícola, Proposta de Preços Mínimos, Informações Agrícolas, Avaliação de Safra, Custo de Produção, Conjuntura Agropecuária, Estudo de Logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, Análise de Cadeias Produtivas; Mapeamento Geoespacializado, Séries históricas e estatísticas agrícolas, Cadastro de Armazéns, Vistoria e Informações de Estoques Privados, Cadastro dos fornecedores, Fiscalização do Cadastro da Cadeia Produtiva da Borracha Natural e das Operações referentes aos Programas de Subvenção, Treinamento em Armazenagem, Informações quanto ao abastecimento social. Cadastramento de Empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).



CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO



### Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

**Caracterização geral:** é um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO



## Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## 2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

### 2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

O cenário que hora se apresenta nesta SUREG/BA/SE é um quadro de pessoal defasado quantitativamente e qualitativamente, fazendo-se necessário com urgência, a realização de concurso público para as diversas áreas. Durante todo o ano de 2012 esta Superintendência empreendeu esforços no sentido de adquirir uma nova sede para melhor acomodar o corpo funcional e melhor receber os parceiros, porém as tentativas não foram exitosas. Diversas avaliações já constataram que a atual sede da Superintendência Regional da Bahia e Sergipe não atende mais às pretensões da Companhia, do corpo funcional e dos parceiros da sociedade civil organizada.

Esta SUREG/BA/SE possui 06 (seis) unidades armazenadoras voltadas para o atendimento social que carecem de reformas inadiáveis, assim como a aquisição de móveis e equipamentos para substituir os que encontram-se obsoletos.

A Bahia e Sergipe, apesar de estados produtores, não possuem um grande armazém voltado para a armazenagem de grãos, como é o desejo dos produtores do oeste da Bahia, uma das regiões que mais produzem grãos no país.

### Comportamento do mercado agrícola

O ano de 2012 foi repleto de desafios para o mercado agrícola nos estados da Bahia e Sergipe. Os dois estados passaram por uma das piores secas das últimas décadas. Em decorrência dessa situação, houve perdas significativas na produção agropecuária, gerando escassez na oferta, com conseqüente aumento nos preços. Produtos como o feijão, milho e até a farinha de mandioca, dentre outros, sofreram significativos aumentos de preços (no caso da farinha, esses aumentos chegaram a mais de 100% no decorrer do ano - quadro abaixo). Para suprir o consumo interno, muitos desses produtos passaram a ser adquiridos de outras regiões do país.

#### Relatório Gerencial

#### Período x Localidade

FARINHA DE MANDIOCA: FARINÁCEOS > FARINHA > FARINHA DE MANDIOCA(50 KG)

PREÇO RECEBIDO P/ PRODUTOR - R\$

01/2012 a 12/2012 (mensal)

Período	BA	SE
01/2012	57.13	52.50
02/2012	65.21	66.75
03/2012	65.63	60.00
04/2012	73.58	68.13
05/2012	89.22	95.00
06/2012	91.61	105.63
07/2012	96.91	104.38
08/2012	94.36	97.50
09/2012	97.00	107.50
10/2012	129.85	135.50
11/2012	132.50	113.13
12/2012	138.14	130.00

Fonte de dados: CONAB

Elaboração: CONAB - geint@conab.gov.br

A partir do ano de 2012, a CONAB, em parceria com a Petrobrás Biodiesel e MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, passou a levantar, junto a diversas regiões produtoras no estado da Bahia, o preço da mamona, o qual passou a ser utilizado como referência para aquisição

pela Petrobrás diretamente dos agricultores. Este trabalho envolveu a ampliação dos informantes, bem como dos municípios em que as pesquisas já vinham sendo levantadas. Devido a seca mencionada acima, a saca da mamona teve a sua cotação, durante o ano, em torno dos R\$ 110,00, valor superior aos registrados em anos anteriores, bem como aos registrados em outras regiões do país.

Dentre os principais produtos agrícolas do Estado da Bahia, destacam-se a soja, o milho e o algodão cultivados majoritariamente no cerrado na região de Barreiras, cujas lavouras são dotadas de alta tecnologia e com bons índices de produtividade. Nas demais regiões, a exemplo do sudoeste, nordeste, Irecê e região sisaleira, registram-se também grandes áreas cultivadas com feijão e milho, mas, nessas duas últimas, especialmente têm destaque para a produção de mamona e fibra de sisal. No Estado de Sergipe, as principais culturas são o milho, feijão macaçar e feijão anão cores.

➤ Algodão: Mesmo com a manutenção de área o cultivo do algodão na Bahia sofreu significativas perdas de 21,2% e 21,4% em produtividade e produção, respectivamente. Essas perdas foram provocadas em função da escassez de chuvas verificada em parte da região oeste, além da seca ainda mais severa na região sudoeste.

➤ Feijão: O cultivo de feijão no Estado da Bahia sofreu uma forte redução de área na safra 2011/2012, ante os números da safra 2010/11. Para melhor exemplificar, a área da safra anterior que já vinha com uma perda de 11%, sofreu ainda uma redução de aproximadamente 44% nesta safra em análise. Além dessa expressiva diminuição na área de cultivo da leguminosa, também sua produtividade e produção vêm acumulando quedas expressivas. Na safra 2010/11, a produção total acumulada no Estado foi de 205 mil toneladas, enquanto a safra 2011/12 alcançou pouco mais de 86 mil toneladas. Ante essa situação, os preços da saca de 60kg têm se mantido firmes nos últimos dois anos. Variando entre R\$ 80 a R\$ 140 para o feijão macaçar; e entre R\$ 150 a R\$ 190 a saca de 60kg do feijão anão cores. Também no Estado de Sergipe a situação não foi diferente pois tanto o feijão macaçar quanto o feijão anão cores sofreram redução de área de 24,7% e 27,8%, respectivamente, refletindo ainda mais negativamente na sua produção que registrou um decréscimo de 32% e 33,7% ante a safra anterior. Essa perda de produção foi provocada pela estiagem prolongada em todo o Estado de Sergipe.

➤ Soja: A área destinada ao cultivo da soja na Bahia vem registrando crescimento ano após ano. Na safra 2010/2011, por exemplo, registrou-se o maior recorde de produtividade e produção na região Nordeste do País. Já na safra 2011/2012, embora com um aumento de área de 6,6% ante a safra anterior, a produção final da oleaginosa registrou uma queda de 9,3%, caindo de 3,5 mi para 3,18 milhões de toneladas nesta última safra. Um dos principais fatores que implicaram nessa perda foi a irregularidade das chuvas, a mal distribuição destas e as altas temperaturas verificadas em boa parte da região. Mas mesmo com essas adversidades os produtores não tiveram muito do que reclamar haja vista que o preço pago pela saca registrou uma forte alta ao longo do ano de 2012, quando em janeiro a saca de 60kg custava R\$ 42 e chegando a R\$ 58, em média, no fim do ano.

➤ Milho: Na safra 2011/2012 a área cultivada de milho teve uma redução da ordem de 18% ante a safra anterior. Apesar disso, a produção manteve-se praticamente estável tendo em vista que em decorrência das excelentes produtividades alcançadas nas lavouras do cerrado baiano a diferença no volume final foi de apenas 1,4%. Embora com significativas perdas registradas nas regiões Nordeste, Sudoeste e Irecê, por conta do déficit hídrico no período de desenvolvimento das lavouras, a produtividade média no Estado sofreu uma ligeira alta de aproximadamente 20% frente aos números da safra anterior. Essa diferença positiva foi justamente por conta das condições ideais de clima no região Oeste, aliada ao emprego de alta tecnologia nos cultivos dessas lavouras. O preço do cereal manteve-se com uma média superior a R\$ 25 a saca de 60kg. As lavouras de milho

no Estado de Sergipe sofreram severamente com a seca prolongada. A produção do cereal, que havia registrado um recorde na safra 2010/11, quando ultrapassou um milhão de toneladas, registrou um cenário de perda de 45,8%, fechando a safra 2011/12 com pouco mais de 540 mil toneladas.

➤ **Mamona:** Tendo como principal área de cultivo da mamona no Estado da Bahia, a região de Irecê vem sofrendo com uma severa seca nos últimos anos. Por conta desse fenômeno houve uma expressiva redução de área e, da mesma forma, perda de produtividade e produção de proporções ainda maiores. Numa comparação com a safra 2010/11, a safra 2011/12 sofreu uma redução de área de 49,4%. Já em produtividade e produção o cenário foi ainda muito pior, registrando perdas de 76,7% e 88,2%, respectivamente. Com esse quadro bastante desfavorável à ricinocultura, fez com que o preço pago pela mamona em baga disparasse naquela região. Ou seja, o preço médio recebido pela saca ao longo de 2011 girava em torno de R\$ 79, enquanto que, em 2012, fechou valendo, em média, R\$ 108, a saca de 60kg.

➤ **Sisal:** O Estado da Bahia responde por 96% da produção nacional de sisal. Apesar da importância socioeconômica que a extração e beneficiamento da fibra traz para o semiárido baiano, a Conab não efetuava avaliação de safra para esta cultura. A partir de 2011, no entanto, a Conab através de um projeto piloto começou a fazer atividades de campo no sentido de efetuar levantamento da área plantada, produtividade e produção, dentre outras variáveis da cadeia produtiva. Assim, já estando consolidada a atividade de avaliação de safra de sisal, no ano de 2012 foram efetuadas duas viagens a campo, onde foram visitados os principais municípios produtores do Estado.

➤ **Cana-de-Açúcar:** São realizados, anualmente, três levantamentos da safra de cana-de-açúcar. A Sureg BA/SE realizou as atividades de campo nos meses de março, julho e novembro de 2012, aplicando questionários nas usinas dos Estados da Bahia e Sergipe. Nesses trabalhos podemos verificar que no Estado de Sergipe a área destinada a esta cultura manteve-se estável ante a safra 2010/11. A produtividade e produção, por sua vez, registraram uma elevação da ordem de 20,5 e 21,4, respectivamente, na safra 2011/12, atingindo assim 2,4 milhões de toneladas. No Estado da Bahia registrou-se um expressivo aumento de área, na ordem de 20,6% ante a safra 2010/11. Por conta disso, embora com um ganho de produtividade de apenas 4%, a produção da cana-de-açúcar atingiu a marca de 3,5 milhões de toneladas.

➤ **Café:** A Conab Sureg BA/SE, em parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. - EBDA, realizou três levantamentos da safra de café no Estado da Bahia. Atividades essa desenvolvidas nos meses abril, setembro e novembro de 2012, pela EBDA, nos termos da Carta Acordo n.º 2039/2012.

### **Condições Climáticas**

As condições climáticas mantiveram-se com precipitações abaixo da média histórica em todas as regiões do Estado. Com exceção de parte das áreas de cerrado, na maioria das regiões essa escassez hídrica provocou perdas expressivas nas lavouras. Nas regiões de Irecê, no Sudoeste, no Norte e Nordeste do Estado a seca foi muito devastadora. Também na região Oeste foram registradas perdas significativas nas áreas de vale, visto que as precipitações das chuvas foram escassas e mal distribuídas. Até mesmo no Extremo Sul baiano, onde as precipitações são mais regulares, sofreu com longos períodos de estiagem. Esse déficit nessa região provocou quebra de produtividade nas lavouras de cana-de-açúcar cultivadas pela usinas.

### **Estratégia de atuação da empresa. Contratação de bens e serviços.**

Os itens acima serão abordados especificamente nos respectivos capítulos abaixo.

## 2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

No ano de 2012, teve início uma das maiores secas já registrada no história do Nordeste Brasileiro. Esta situação provocou uma elevação nos preços das *commodities* no mercado, tornando-se desnecessária a implementação dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos para sustentação de preços dos principais produtos produzidos no Estado.

Na contramão da formação de estoque, a Regional disponibilizou os estoques disponíveis de sisal bruto para comercialização através de leilões públicos, garantindo aos exportadores o cumprimento dos compromissos firmados no mercado internacional.

Para garantir o abastecimento aos pequenos criadores dos estados da Bahia e Sergipe, atingidos pela longa estiagem, foi necessário a remoção do produtos do Centro-Oeste (GO e MT), cuja comercialização foi possibilitada a preços subsidiados mediante a publicação de Portaria conjunta, específica para a comercialização do milho nos estados abrangidos pela SUDENE.

A Regional da CONAB nos estados da Bahia e Sergipe dispõe de 06 (seis) Unidades Armazenadoras que estão voltadas quase que exclusivamente para o abastecimento social, no cumprimento da ação de doação de alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social. Com exceção do armazém de Irecê/BA que dispõe de uma capacidade estática para 23.400 toneladas e que nos últimos exercícios vem gerando receitas de armazenagem, as demais Unidades localizados nos municípios de Entre Rios, Ribeira do Pombal, Itaberaba e Santa Maria da Vitória na Bahia e Itabaiana em Sergipe, são pequenos armazéns o que inviabiliza a implementação da política de prestação de serviços de armazenagem para terceiros. Todas as Unidades demandam consertos/serviços e equipamentos.

Apesar de todo o esforço para o credenciamento de armazéns de terceiros para a utilização numa eventual necessidade de formação de estoque de milho, a Regional não obteve êxito haja vista que os armazéns outrora credenciados não apresentaram a documentação necessária para renovação do credenciamento.

Não obstante as operações de apoio à comercialização serem executadas em grande volume pela Regional, não há geração de receitas próprias, tendo em vista que o processo de comercialização e de apoio está centralizado na Matriz, que promove através de sua áreas as análises – com participação da Regional – e os leilões para as operações dos instrumentos da PGPM.

A Regional não dispõe de laboratório para prestar os serviços de classificação de produtos. Estes serviços são contratados junto a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA e Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, nos Estados da Bahia e Sergipe respectivamente, empresas credenciadas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os contratos abrangem a prestação de serviço em todo o Estado.

### **Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização. Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab.**

#### a) Armazenagem

**Quadro 01 – Demanda por serviços de armazenagem**

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101022839	527.550
BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101039308	142.530
CARGILL AGRÍCOLA S/A	60498706025907	108.790
BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101006043	76.770
BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101028527	69.510
ESA ARMS GERAIS LTDA	03794694001570	63.300
BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101043836	62.130
MULTIGRAIN ARMAZENS GERAIS S.A	04715431001590	55.032
COOPROESTE-COOP AGROP DO OESTE DA BAHIA	00891206000230	53.809
ARMS MIZOTE LTDA	03766637000181	53.729

**Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)**

**Quadro 02 – Serviços que geram receitas próprias na UJ**

<b>Serviço</b>	<b>Receita</b>	<b>%</b>
Armazenagem de Produtos Agrícolas	29.429,00	100,00
Leilão de Terceiros (público)	0,00	0,00
Leilão de Terceiros (privado)	0,00	0,00
Classificação de Produtos	0,00	0,00
<b>Total de Serviços</b>	<b>29.429,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

A receita auferida com armazenagem de produtos de terceiros no ano de 2012 foi de apenas R\$ 29.429,90 (vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa centavos), ficando bem abaixo da receita de R\$ 726.127,20 (setecentos e vinte e seis mil, cento e vinte e sete reais e vinte centavos) obtida no exercício de 2010.

A receita foi possibilitada pelo armazenamento na UA/Irecê do saldo de mamona remanescente de Contrato de Depósito firmado no ano de 2009, produto destinado a Petrobras Biocombustível.

A expectativa da formalização de um Contrato de Depósito pela UA/Irecê com a DC Soluções foi frustrada pela grande quebra de safra de mamona, provocada pela seca iniciada no início do ano de 2012 e prolongada por todo o exercício.

A quebra da safra de verão, também inviabilizou a captação de estoques privados para armazenamento na Unidade de Irecê.

Não obstante ao baixo estoque de terceiro, as Unidade operaram com o armazenamento de produtos destinados ao atendimento de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional bem como com a comercialização de milho através do Programa Venda em Balcão, entretanto estas atividades não geram receitas, visto que no primeiro caso a armazenagem e uma das contrapartidas da CONAB na Ação e no segundo caso não há cobrança por se tratar de recursos do Tesouro.

**Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações**

**b) Principais clientes do setor privado – comercialização**

**Quadro 03: Principais clientes do setor privado – comercialização**

<b>CNPJ</b>	<b>Razão Social</b>	<b>Produto</b>	<b>Quantidade(t)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
96.784.459/0001-00	UCI do Brasil Industria e Comercio Ltda	Sisal bruto	1.580.000	1.643.200,00
05.769.698/0001-28	COTESI	Sisal bruto	1.130.000	1.175.200,00
09.992.610/0001-94	Cia de Sisal do Brasil - Cosibra	Sisal bruto	1.095.000	1.338.800,00
03.477.772/0001-07	Fibraex Ind. Comercio e Exportação Ltda	Sisal bruto	589.690	613.277,60
13.861.430/0001-40	Sisaex	Sisal bruto	450.000	468.000,00
03.872.978/0001-31	Cordebras Ltda	Sisal bruto	445.685	463.512,40
07.851.544/0001-06	SICOR Brasil Sociedade Ind. De Cordoaria Ltda	Sisal bruto	180.000	187.200,00
13.956.891/0001-04	Sisalgomes	Sisal bruto	172.155	179.041,20
00.917.738/0001-18	Sisalandia	Sisal bruto	100.000	104.000,00
11.423.918/0001-60	Sisall	Sisal bruto	55.000	57.200,00
Total			5.797.530	6.229.431,20

### 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

#### 3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

##### Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

No ano de 2012, alguns produtos no estado da Bahia tiveram os seus preços abaixo do preço mínimo, estabelecido pelo Governo Federal. Em alguns casos, essa situação ocorreu em apenas um mês, como foi o caso da castanha de caju (mês de abril em Cícero Dantas), mas em outros, houve uma constância nos preços abaixo do mínimo, como o Sisal nos municípios de Conceição do Coité e Valente, o guaraná no município de Valença, e a piaçava nos municípios de Cairu e Ituberá, sendo que, nesses dois últimos, a cotação durante todos os meses do ano ficou abaixo do mínimo. Seguem, algumas considerações acerca dos produtos, no estado da Bahia, que tiveram os seus preços abaixo do mínimo:

#### CASTANHA DE CAJU

Números nacionais

- ✓ Produtores: 195 mil produtores
- ✓ Área Cultivada: 750,9 mil hectares
- ✓ Parque Industrial: 11 grandes processadoras e dezenas de mini- Capacidade, instaladas:
- ✓ 191,8 mil t castanha-de-caju
- ✓ Capacidade de beneficiamento: 306 mil toneladas
- ✓ Uma das principais atividades da população rural
- ✓ Empregos Gerados: no campo 280 mil e 16 mil na zona urbana;
- ✓ Indústria: 15 mil
- ✓ Cultivada por pequenos produtores (mini: até 5 há = 46%, pequeno: até 20 há =28% médio: 20-100 há = 21% e ;grande: + 100 há = 5%)
- ✓ 42 mil t de amêndoas
- ✓ US\$ 145 milhões de divisas de exportações
- ✓ R\$ 86 milhões de faturamento no mercado interno
- ✓ Maior item na pauta das exportações de frutas frescas do Brasil, em 2010 (30% em valor)
- ✓ Déficit de produção: 61 mil ton.
- ✓ Produção de pedúnculo: 1,9 (mil/t/ano)
- ✓ Preço Mínimo: R\$1,38

**Relatório Gerencial****Período x Localidade**

CASTANHA DE CAJU: AMÊNDOA &gt; CASTANHA &gt; CASTANHA DE CAJU &gt; EM CASCA(1 kg)

PREÇO RECEBIDO P/ PRODUTOR - R\$

01/2012 a 12/2012 (mensal)

Período	Cícero Dantas	Ribeira do Pombal
01/2012	1.50	1.53
02/2012	1.45	1.40
03/2012	1.80	
04/2012	1.20	1.50
11/2012		1.40
12/2012		1.48

Fonte de dados: CONAB

Elaboração: CONAB - geint@conab.gov.br

Para amenizar as dificuldades que o setor ao longo dos anos tem atravessado é preciso resolver alguns gargalos, de modo a projetar-se no mercado doméstico e internacional, em condições de oferecer sustentabilidade e, acima de tudo, competitividade. Dentre esses desafios, destacam-se:

a) emprego de maior uso de tecnologia em suas principais atividades, principalmente com a renovação escalonada dos pomares envelhecidos, através da substituição de copa e plantio com novos clones, visando melhoria da qualidade e aumento da produtividade que garanta aos produtores mais rentabilidade;

b) incrementar um sistema de cooperativismo com gestão eficiente que realmente invista em capacitação de seus associados, com visão plena de mercado

c) promover maior articulação da cadeia produtiva da cajucultura, com criação de uma câmara setorial em nível (Estadual e Federal) que possa efetivamente discutir os problemas da cadeia e apresentar soluções e;

d) buscar parcerias com o setor privado e público que possam assegurar, principalmente ao pequeno e médio produtor, políticas que garantam, além de preços mínimos, assistência técnica, distribuição de insumos, armazenagem e comercialização.

**GUARANÁ**

O guaraná produzido no Brasil geralmente tem o seguinte destino: indústrias de refrigerantes, 44%; indústrias de extratos, xaropes e pó, 24,5%; laboratórios em geral, 21%, e exportação in natura, 10,5%.

É importante considerar este produto como um fator de inclusão social, especialmente no Estado da Bahia e no Estado do Amazonas, considerados como os maiores produtores nacionais, já que juntos foram responsáveis por cerca de 93,3% da safra colhida em 2012.

No Estado da Bahia pode-se destacar a Região do Território Baixo Sul, a área destinada para o cultivo do guaraná é acima de 6 mil hectares. Possuindo cerca de 7.168,10 Km<sup>2</sup>, aquele território é composto por 14 municípios: Gandu, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães, cuja população soma, aproximadamente, 336.624 habitantes, dos quais 151.614 vivem na área rural, o que, em termos percentuais, corresponde a 45,04% do total. Possui



22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas, além de terras indígenas. Seu IDH médio é 0,63. Nessa Região os produtores são apoiados por: Câmara Setorial - BNB, EBDA, Conab, Cooperativas, Associações, Sebrae e Ceplac, sendo que a Agricultura Familiar precisa ser fortalecida por meio de políticas governamentais estratégicas, assegurando ao homem e à mulher do campo, oportunidades de trabalho, renda e segurança alimentar, como também, promovendo a limitação do êxodo rural. Para tanto, é necessário que criem programas educativos que treinem agricultores capazes de produzir com eficiência. O preço mínimo do guaraná foi de R\$ 12,30.

## Relatório Gerencial

### Período x Localidade

GUARANÁ: GRÃOS > GUARANÁ > GUARANÁ > TIPO 1(KG)

PREÇO RECEBIDO P/ PRODUTOR - R\$

01/2012 a 12/2012 (mensal)

Período	Valença
06/2012	12.50
07/2012	11.75
08/2012	12.10
09/2012	11.50
10/2012	11.50
11/2012	11.50
12/2012	13.25

Fonte de dados: CONAB

Elaboração: CONAB - geint@conab.gov.br

O Valor bruto da produção agrícola do guaraná, no período (2008 a 2011), em nível de Brasil, acumulou crescimento de 19,8%. Nota-se que o valor bruto da produção no Amazonas teve um aumento de 121,9%, enquanto que na Bahia houve recuo de 9,7%. Apesar da produção amazonense de guaraná corresponder a 40,4% da produção baiana, aquele estado participa com 41,8% do valor bruto da produção brasileira. Isso se justifica pelas melhores cotações de preços em que esse produto é comercializado por se localizar próximo à indústria de refrigerantes (Ambev).

### PIAÇAVA

Nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade as famílias produtoras normalmente não detêm a posse da terra onde é realizada a coleta dos produtos. Na atividade relacionada à Piaçava não é diferente. A organização social no setor de extração de fibra da piaçava ainda é muito incipiente.

A realidade de produção no Amazonas é bem diferenciada da realidade do Estado da Bahia.

Os grandes proprietários de terras na região sul da Bahia costumam contratar trabalhadores para a extração da fibra de piaçava, já outros trabalham com o sistema de “meia”, recebendo dos extrativistas, parte da produção coletada na sua propriedade. Porém, em algumas localidades existem famílias assentadas, ocupando aproximadamente 2 ha com a plantação de piaçava em consórcio com mandioca, guaraná e dendê, bem como regiões de quilombolas que também utilizam a piaçava como fonte de renda.

Nas áreas produtoras da Bahia existem os depósitos ou armazéns locais que beneficiam a fibra da piaçava. Os trabalhadores desses armazéns que se ocupam das atividades de limpeza,

beneficiamento e amarro das fibras não têm seus direitos trabalhistas reconhecidos, ou seja, não possuem registro em carteira de trabalho e a remuneração é feita por produtividade.

Na região do Amazonas, no médio e alto rio Negro, se concentra grande parte da população envolvida com a extração da fibra de piaçava; a diversidade socioambiental é uma das mais importantes daquela região. A população total dessa área da bacia do rio Negro é de cerca de 40 mil pessoas, distribuídas por 750 comunidades e sítios ao longo dos principais rios. Aproximadamente 90% dessa população são indígenas.

A produção e o pré-beneficiamento da fibra de piaçava no Amazonas são feitos da seguinte maneira: O grupo de extrativistas (coletadores) viaja para as cabeceiras dos igarapés, normalmente financiados pelo “patrão aviador ou aviador” (intermediário). Nas áreas encharcadas conhecidas como “chavascais” montam acampamentos para cortar a fibra. Os piaçavais são locais de endemismo de malária e doença de chagas, por isso muitos trabalhadores sofrem de malária (*vivax e falciparum*), passando muitos meses acampados na floresta, longe da família, carregando feixes de até 60kg por grandes distâncias, em áreas encharcadas.

A atividade piaçaveícola é basicamente artesanal existindo pouca forma de organização social e empresarial. Embora tradicional, mas em conformidade com a realidade regional, detém grande importância socioeconômica, pois se constitui num fator de geração de renda para as regiões.

Segundo o IBGE o total de fibra coletado no País em 2011 foi de 61.409 toneladas, desse total 88,7% provêm da Bahia e 11,3% do Amazonas. Os principais municípios baianos produtores são Cairu, Ilhéus e Nilo Peçanha que, juntos, respondem por cerca de 73,4% da produção nacional. O Estado do Amazonas também se destaca, sendo responsável por 3,3% da produção nacional de piaçava. As palmeiras normalmente começam a produzir economicamente a partir do sétimo ano. Em um campo natural a produção apresenta variação de 10 a 40 arrobas por hectare, no entanto, em um hectare de piaçaveira, com um espaçamento racional, conduzida tecnicamente com tratos culturais, produz, em média, 500 arrobas por ano.

A fase considerada como mais apropriada para a colheita é de março a setembro, uma vez que nos meses mais quentes a fibra colhida fica menos flexível. Nas áreas produtoras observa-se colheita em todas as épocas do ano.

Atualmente a fibra da piaçava possui um mercado ameaçado por produtos sintéticos que apresentam menores custos de produção, porém apresentam qualidade muito inferior à fibra natural. No mercado internacional a fibra da piaçava possui espaço nas indústrias que produzem equipamentos para limpeza de ruas e equipamentos para varrer neve, entre outros.

A comercialização é realizada mediante a entrega do produto na “balança”, com o pagamento após a pesagem. O preço pago ao agricultor não apresenta grandes variações ao longo dos meses. Em alguns casos o produto é vendido no pé, ficando as despesas de colheita e beneficiamento por conta do adquirente.

Existe uma característica de oligopsonia no mercado da piaçava que é fortemente influenciada por grandes atacadistas que também assumem a função de exportadores. São poucos os envolvidos no negócio, estima-se que seis grandes atacadistas operem no Brasil.

Os parâmetros como os preços e os custos de produção foram levantados por técnicos da Conab e do Ministério do Meio Ambiente, na região Sul da Bahia, em Cairu/BA que, segundo o IBGE, é o maior município produtor do Brasil, participando, sozinho com 27,9% da produção

nacional de fibra de piaçava, bem como no Estado do Amazonas na região de Barcelos/AM, que apresenta 9% da produção nacional. O preço mínimo da piaçava foi de R\$ 1,67 kg.

### Relatório Gerencial

#### Período x Localidade

PIAÇAVA: PLANTAS > PIAÇAVA > PIAÇAVA > FIBRA SEM BENEFICIAMENTO(15 KG)

PREÇO RECEBIDO P/ PRODUTOR - R\$

01/2012 a 12/2012 (mensal)

Período	Cairu	Ituberá
01/2012	16.00	16.00
02/2012	16.40	16.00
03/2012	18.00	16.00
04/2012	17.50	16.00
05/2012	16.25	16.50
06/2012	17.00	18.00
07/2012	17.75	17.75
08/2012	17.60	17.50
09/2012	17.50	19.00
10/2012	17.20	20.00
11/2012	17.63	19.00
12/2012	17.63	19.88

Fonte de dados: CONAB

Elaboração: CONAB - geint@conab.gov.br

Os preços e formas de comercialização variam de acordo com a região. Na Bahia a produção é realizada por diferentes atores. Os grandes proprietários de terras contratam pessoas de comunidades próximas para efetuar o trabalho de coleta e extração da fibra em suas propriedades. Existem “relações de meia”, aonde o proprietário recebe do extrativista parte de sua produção como forma de pagamento pelo uso da terra. Na região há também a presença de áreas de remanescentes de quilombo e assentamentos rurais aonde são realizados a coleta da piaçava.

### SISAL

O sisal é o principal produto da agricultura familiar e do segmento agroindustrial do semiárido brasileiro, cujo IDH médio é 0,589. A cultura é a principal geradora de emprego e renda para os cidadãos que habitam no paupérrimo Território do Sisal.

Estudo divulgado pela Secretaria de Agricultura da Bahia (outubro/2012) indica que existem 400 mil agricultores familiares que cultivam o sisal em suas propriedades de pequeno porte (média de 15 há). Segundo o Portal da Cidadania, além dos agricultores familiares do sisal, no Território do Sisal existem também 2.482 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 1 terra indígena que dependem da cultura. Em 2012 a região foi assolada pela pior seca dos últimos 50 anos. Estudos divulgados pela Embrapa dão conta que a cultura é uma das poucas possíveis na região.

Não obstante sua importância socioeconômica, a cultura do sisal apresenta visíveis sinais de sucumbência pelo lado da oferta. Em contra partida, existem fortes sinais de crescimento pelo lado da demanda.

Em face da baixíssima tecnologia aplicada ao longo da cadeia produtiva, ela é altamente demandante e dependente de mão de obra não qualificada e mal remunerada. Informações correntes dão conta que cadeia gera empregos diretos e indiretos para 700 a 800 mil pessoas. Estima-se a existência de até 35 mil “produtores” diretos. A estes, na concepção de empregos diretos, devem ser agregados milhares de trabalhadores locais nos cerca de três mil “motores” e nas 60 “batedeiras”. O setor industrial (beneficiamento), comercialização e exportador é o maior empregador de mão-de-obra no território do sisal. Estima-se que existam 14 indústrias no Território do Sisal.

Apesar de sua importância socioeconômica e do cenário promissor, a produção mundial e brasileira do sisal vem declinando em área plantada e em produtividade. No Brasil a produção de sisal na década de 1980 girou na casa das 200 mil t ano, caiu para 100 mil nos anos 1990 e recuou ainda mais para cerca de 60 mil t em 2010. Recuperou-se em 2011 e agora, em 2012, estima-se a produção em cerca de 60 mil t.

Entre os fatores responsáveis por este declínio tem-se o baixo valor pago pela fibra; o êxodo e o envelhecimento da mão de obra; à competição com os fios sintéticos; o alto custo de produção (em decorrência principalmente do rudimentar processo de cultivo, colheita, beneficiamento e também dos conhecidos Custo Brasil). Em 2012 o Governo deixou também de dar sustentação de renda através dos instrumentos tradicionais da PGPM.

Outro fator preponderante do declínio da produção e que reduz a competitividade da cultura é o aproveitamento de apenas 4% da folha do sisal em forma de fibra e único produto gerador de renda. Os “resíduos” sólidos (16%) e líquidos (80%) atualmente não são aproveitados, mas tem aplicabilidade em novos usos alternativos e promissores.

A produção de sisal não guarda relação somente com área e produtividade, como é usual nos demais produtos agrícolas. A extração da folha e conseqüente desfibramento e beneficiamento da fibra tem relação também com o preço recebido pelo produtor, a disponibilidade de mão de obra e as condições climáticas que afetam sobremaneira a produtividade. Estes fatores tem sido declinantes.

A seca que assolou a região sisaleira em 2012 reduziu a extração e a produtividade da planta. No auge do agravamento das adversidades climáticas a Secretaria de Planejamento da Bahia estimou uma queda de até 70% em relação à produção de 2011. Observando os volumes exportados nota-se, porém, que a redução não chegou a tanto.

Pelas informações colhidas junto a produtores, cooperativas, exportadores e beneficiadores, e com base na extrapolação a partir das exportações estimadas de 2012, utilizando metodologia até agora utilizada, a produção brasileira de fibra de sisal em 2012 é estimada em 55 mil toneladas. Uma queda de 51% em relação as 111,2 mil toneladas produzidas em 2011.

O Estado da Bahia, com uma produção estimada em 52,5 mil toneladas, contribui com 95% do volume total produzido de sisal no país. Segue-se a Paraíba com cerca de 2 mil toneladas (3,6% do total). Os demais estados produtores são o Ceará ( 300 t = 0,5%) e o Rio Grande do Norte ( 200 t + 0,4%). O preço mínimo do sisal foi de R\$ 1,24.

**Relatório Gerencial****Período x Localidade**

SISAL: FIBRA &gt; SISAL &gt; SISAL &gt; EM BRUTO TIPO 1(1 kg)

PREÇO RECEBIDO P/ PRODUTOR - R\$

01/2012 a 12/2012 (mensal)

Período	Conceição do Coité	Valente
01/2012		1.16
02/2012	1.05	1.01
03/2012	1.02	1.05
04/2012	1.10	1.14
05/2012	1.09	1.24
06/2012	1.10	1.24
07/2012	1.10	1.18
08/2012	1.14	1.22
09/2012	1.15	1.23
10/2012	1.15	1.24
11/2012	1.14	1.23
12/2012	1.17	1.23

Fonte de dados: CONAB

Elaboração: CONAB - geint@conab.gov.br

O preço pago ao produtor de sisal em 2012 teve comportamentos diferentes nos dois semestres do ano na Bahia. Como pode ser observado no gráfico 6, no primeiro semestre, em média, o preço recebido pelo produtor (R\$ 1,08 kg) foi superior ao mínimo do período (R\$ 1,04 kg). No segundo semestre, todavia, com o advento do novo preço mínimo (reajustado após três anos), o preço médio recebido pelo produtor baiano (R\$ 1,11 kg – média) ficou abaixo do preço de referência do Governo (R\$ 1,24 kg).

### Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

O **arroz** e o **trigo** apresentaram, no início do ano, preços de mercado abaixo do preço mínimo, mas logo se recuperaram, havendo pouca necessidade de intervenção do governo através da AGF.

Alguns **produtos extrativistas** apresentaram os preços de mercado abaixo do preço mínimo. Essa diferença foi subvencionada aos produtores.

Os Estados Unidos, principal importador de **laranja**, decidiu não importar o produto com resíduos químicos utilizados pelo produtor brasileiro. Com esta decisão, o preço interno despencou, necessitando de intervenção do governo para estabilizar o preço de mercado. Neste caso, a Conab não teve participação direta em estudos, somente executou demanda do MAPA.

## 3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

### 3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

### Quadro 04 - Aquisição de produtos através da AGF

UF	Produtos Agrícolas			Sacaria	
	Produto	Quant (ton)	Valor (R\$)	Quant (unid)	Valor (R\$)
BA	-	-	-	983.000	1.000.045,20
SE	Arroz	30.000	15.088,50	150.500	153.006,50
<b>Total Geral</b>		<b>30.000</b>	<b>15.088,50</b>	<b>1.133.500</b>	<b>1.153.051,70</b>

Fonte: Dirab/Suope

### 3.2.2. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

### Quadro 05 - Demonstrativo de Comercialização de PEP

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		Valor Previsto da Subvenção	UF Destino
		Ofertada	Negociada		
Sisal bruto	BA	44.400,0	6.305,5	627.444,88	Qualquer localidade, exceto Estados da BA, PB e RN

Fonte: Dirab/Suope

## Dez maiores operações na modalidade

### Quadro 06 - Dez maiores operações de PEP

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL OPERAÇÃO(r\$)
1º	96784459000100	UCI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	SISAL BRUTO	1.580	155.000,00
2º	05769698000128	COTESI DO BRASIL - COM. IND. DE FIOS E PART. LTDA	SISAL BRUTO	1.130	113.000,00
3º	09092610000994	CIA SISAL DO BRASIL - COSIBRA	SISAL BRUTO	1.005	85.200,00
4º	03872978000131	CORDEBRAS LTDA.	SISAL BRUTO	940	76.793,80
5º	03477772000107	FIBRAEX INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA	SISAL BRUTO	590	58.969,00
6º	13861430000140	SISAEX INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA	SISAL BRUTO	450	45.000,00
7º	00917738000118	SISALANDIA FIOS NATURAIS LTDA	SISAL BRUTO	100	24.000,00
8º	07851544000106	SICOR BRASIL - SOCIEDADE IND. DE CORDOARIA LTDA	SISAL BRUTO	180	18.000,00
9º	13956891000104	SISAL GOMES IND COM E LAVOURA LTDA	SISAL BRUTO	172	17.215,50
10º	11423918000160	SISALL-MANUFATURADOS DE SISAL IND. COM E EXP LTDA	SISAL BRUTO	55	13.200,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>6.202</b>	<b>606.378,30</b>

Fonte: Dirab/Suope

## Subvenção de cana-de-açúcar

Foram 259 (duzentos e cinquenta e nove) beneficiários no estado da Bahia, numa quantidade total de 576.765,10 toneladas, com valor de R\$ 2.883.825,29 (dois milhões, oitocentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos).

### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

### Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

### 3.2.3. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**Quadro 07 – Aquisições por meio da CDAF (MDS e MDA)**

Órgão	UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em KG)	Valor (R\$)
MDS	BA	1	ACHOCOLATADO	172	30.000	588.000,00

Fonte: SUPAF/GECAF

**Quadro 08 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)**

Órgão	UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em KG)	Valor (R\$)
MDS	BA	104	DIVERSOS	8.417	18.757.442	31.319.834,33
MDS	SE	18	DIVERSOS	1.979	7.383.894	7.375.298,03
<b>Total</b>		<b>122</b>	<b>-</b>	<b>10.396</b>	<b>26.141.336</b>	<b>38.695.132,36</b>

Fonte: SUPAF/GECAF

**Quadro 09 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)**

Órgão	UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em KG)	Valor (R\$)
MDS	BA	6	DIVERSOS	1.526	2.413.879	6.884.129,47
MDS	SE	9	DIVERSOS	1.960	3.447.770	8.346.410,46
<b>Subtotal</b>		<b>15</b>	<b>-</b>	<b>3.486</b>	<b>5.861.649,0</b>	<b>15.230.539,93</b>
MDA	BA	8	DIVERSOS	325	714.410	1.637.281,56
MDA	SE	2	POLPA DE FRUTAS	129	193.498	580.494,00
<b>Subtotal</b>		<b>10</b>	<b>-</b>	<b>454</b>	<b>907.908,0</b>	<b>2.217.775,56</b>
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.940</b>	<b>6.769.557,0</b>	<b>17.448.315,49</b>

Fonte: Dipai/Supaf

## Resultado financeiro geral

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, possui como finalidades básicas promover o acesso à alimentação a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a agricultura familiar através da comercialização de seus produtos. Assim, o PAA é um programa de cunho social, não tendo como objetivo gerar receita para a Companhia.

**Quadro 10 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento**

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	ACHOC. EMPÓC/ LEITE	30,0	588.000,00
	MDA			
CPR Doação	MDS	DIVERSOS	26.141,3	38.695.132,36
	MDA			
CPR Estoque	MDS	DIVERSOS	5.861,6	15.230.539,93
	MDA	DIVERSOS	907.908,0	2.217.775,56
<b>Total MDS</b>			<b>32.032,9</b>	<b>54.513.672,29</b>
<b>Total MDA</b>			<b>907.908,0</b>	<b>2.217.775,56</b>
<b>Total Geral</b>			<b>939.940,9</b>	<b>56.731.447,85</b>

Fonte: Dipai/Supaf

## Dez maiores operações em cada modalidade

**Quadro 11 – Dez maiores operações na CDAF**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	BA	ACHOC. EMPÓC/ LEITE	30	588.000,00
<b>Total</b>			<b>30</b>	<b>588.000,00</b>

Fonte: Dipai/Supaf

**Quadro 12 – Dez maiores operações na CPR-Doação**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	BA	DIVERSOS	124.706	799.019,00
MDS	BA	DIVERSOS	484.136	598.428,70
MDS	BA	DIVERSOS	159.710	497.872,00
MDS	BA	DIVERSOS	380.750	495.530,00
MDS	BA	DIVERSOS	296.389	494.995,68
MDS	BA	DIVERSOS	468.888	484.800,00
MDS	BA	DIVERSOS	524.578	470.972,80
MDS	BA	DIVERSOS	523.611	450.000,00
MDS	SE	DIVERSOS	500.500	440.260,00
MDS	BA	DIVERSOS	401.715	432.000,00
<b>Total</b>			<b>3.864.983</b>	<b>5.163.878,18</b>

Fonte: Dipai/Supaf



**Quadro 13 – Dez maiores operações na CPR-Estoque**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	SE	NÉCTAR DE LARANJA	552.120	1.336.130,40
MDS	SE	NECTAR DE LARANJA	516.000	1.248.720,00
MDS	BA	NÉCTAR DE LARANJA	513.000	1.241.460,00
MDS	SE	NÉCTAR DE LARANJA	406.800	984.456,00
MDS	BA	NÉCTAR DE LARANJA	342.000	827.640,00
MDS	BA	CARNE OVINA	48.480	806.222,40
MDS	BA	NÉCTAR DE LARANJA	330.030	798.672,60
MDS	SE	NÉCTAR DE LARANJA	295.758	715.734,00
MDS	SE	NÉCTAR DE LARANJA	290.680	703.445,60
MDS	BA	NÉCTAR DE LARANJA	266.760	645.559,20
<b>Total</b>			<b>3.561.628</b>	<b>9.308.040,20</b>

Fonte: Dipai/Supaf

**Distribuição de alimentos**

## ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - MDS/CONAB

## DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADA - 2012

Posição: 31/12/12

UF	ATENDIMENTOS EFETUADOS																					TOTAL GERAL		
	ACAMPADOS			QUILOMBOLAS			COMUM DE TERREIRO			ATEND. ESPECIAIS			MAB			INDÍGENAS			PESC. ARTEZANAS			FAM.	ATEND.	ALIM.
	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)	Nº FAM.	Nº ATEND.	ALIM. ENT. (KG)			
BA	51.799	146.158	3.423.822	6.519	37.994	988.096	1.850	9.900	172.205	6.200	6.200	306.806	400	3.400	70.464	7.497	26.596	618.465	1.000	8.381	172.108	75.221	238.629	5.751.965
SE	10.866	33.863	747.293	1.112	3.536	74.462	200	800	16.400			68.160			110	330	7.260					12.278	38.529	913.578
<b>TOTAL</b>	<b>62.665</b>	<b>180.021</b>	<b>4.171.114</b>	<b>7.627</b>	<b>41.530</b>	<b>1.062.558</b>	<b>2.050</b>	<b>10.700</b>	<b>188.605</b>	<b>6.200</b>	<b>6.200</b>	<b>374.966</b>	<b>400</b>	<b>3.400</b>	<b>70.464</b>	<b>7.607</b>	<b>26.926</b>	<b>625.725</b>	<b>1.000</b>	<b>8.381</b>	<b>172.108</b>	<b>87.499</b>	<b>277.158</b>	<b>6.665.543</b>

FONTE: SUREGS/GEFAB - CONAB/MATRIZ

**3.3. Principais indicadores de desempenho**

Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA		2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	53,59%	40,00%	34,00%

Os demais indicadores deste capítulo serão objeto de declaração da Matriz.

## 4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

### 4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

#### Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado. Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Analisando o fato de que o Governo Federal detinha em agosto de 2012 um volume de 1,6 milhão de toneladas de **arroz**. Para regular o preço de mercado, a Conab fez a proposta de iniciar as vendas com ofertas quinzenais aumentando as quantidades por pregão ou a frequência de venda, de forma a manter os preços na faixa que viabilizaria a manutenção da atividade, inclusive com a reposição das perdas da safra anterior. Para a formação dos preços de venda a sugestão seria o uso das regras fixadas na Portaria Interministerial n.º 454, de 04/11/1997 onde, partindo-se dos preços observados nas regiões onde os estoques estavam disponíveis, dava-se os deságios de safra fixados na citada portaria e de qualidade de acordo com o MOC. Entretanto, o Mapa, por entender que essa metodologia iria enfraquecer os preços ao produtor, especialmente do RS, não foram aplicados os deságios previstos e, com isso os preços de venda da Conab ficaram incompatíveis com a qualidade do produto ofertado. Deste modo, a efetividade nas vendas não foi das melhores, tendo sido negociadas apenas 46,29% da oferta.

Já o **feijão** cores teve ação apenas de Venda em Leilão com a finalidade de regular os preços que se encontravam em patamares elevados, porém não houve resultado pela qualidade do produto, que não é bem aceita no mercado. A armazenagem em ambiente natural, por período superior a seis meses, apesar de conservar a qualidade nutricional do feijão cores, reduz sua qualidade visual, que atualmente é de alta relevância para o consumidor final.

O **milho**, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do preço mínimo por apenas uma semana, os preços praticados em 2012 não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. Considerando, também, a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

Foram necessárias intervenções do governo no **trigo** para viabilizar a comercialização dos excedentes no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista os graves problemas de logística para o escoamento de sua produção para a região Nordeste e Norte do país. Para isso foram feitas operações de PEP no início do ano. O produto do RS participou com 75,4% das operações. Devido aos problemas de qualidade com o trigo paranaense em função de atipicidade climática, o governo procedeu vendas de trigo das safras 2008 e 2009 dos estoques públicos, no pico da entressafra de 2012, com o objetivo de regular a oferta de trigo no país.

A seca nos primeiros meses do ano afetou a disponibilidade de **sisal** para o setor secundário da cadeia (batedeiras/industrias) e os preços subiram vertiginosamente (acima do preço mínimo vigente). Para suprir a falta do produto, a Conab vendeu parte dos estoques governamentais formados desde a safra 2006/2007. Agentes de mercado informaram que as vendas foram fundamentais para a manutenção das atividades das “batedeiras” e possibilitou às industrias exportadoras cumprirem contratos de exportação.

## 4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

### 4.2.1. Venda em Leilão Público

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**Quadro 14 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público**

Produto	UF	Quantidade (ton)			Valor da Operação s/ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada	%	
Sisal	BA	22.257,4	20.335,4	91,4	23.717.811,99

Fonte: Dirab/Suope

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Diante da falta de sisal bruto no mercado em razão da paralisação dos “motores”, face a seca que assolou a Região sisaleira, os estoques de sisal bruto formalizados nos exercícios de 2006/2010 foram disponibilizados para comercialização através de leilões públicos, garantindo aos exportadores o cumprimento dos compromissos firmados no mercado internacional.

A disponibilização dos estoques públicos no mercado auxiliou ainda na manutenção das atividades do setor de manufatura/industrial e exportador, evitando a paralisação das atividades das bateadeiras e o desemprego de um grande contingente de trabalhadores rurais.

No leilão para a comercialização de venda de sisal verificou-se a efetividade da operação, tendo em vista que o volume negociado atingiu o percentual de 91,4%, aproximando-se da sua totalidade.

## Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 15 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público**

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL DA OPERAÇÃO (R\$)
1º	07206816003050	M.DIAS BRANCO S/A IND. E COM. DE ALIMENTOS	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	14.938	7.940.096,40
2º	14998371003134	J MACEDO S/A	TRIGO EM GRÃOS (INDÚSTRIA)	10.931	5.812.235,96
3º	03872978000131	CORDEBRAS LTDA	SISAL BRUTO	2.452	2.856.888,26
4º	03477772000107	FIBRAEX INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA	SISAL BRUTO	2.145	2.498.269,76
5º	10796199000160	BOLA SETE AGROINDUSTRIA COM.BENEF.E EMPAC DE CEREJA	FEIJÃO	4.376	2.463.844,60
6º	13956651000100	HAMILTON RIOS IND COM E EXP LTDA	SISAL BRUTO	2.067	2.398.258,24
7º	02994876000126	BRASFIBRA FIBRA DE SISAL DO BRASIL LTDA	SISAL BRUTO	1.805	2.094.760,92
8º	96784459000100	UCI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	SISAL BRUTO	1.600	1.863.036,20
9º	09092610000994	CIA SISAL DO BRASIL - COSIBRA	SISAL BRUTO	1.585	1.855.100,00
10º	07851544000106	SICOR BRASIL - SOCIEDADE IND. DE CORDOARIA LTDA	SISAL BRUTO	1.200	1.392.250,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>43.100</b>	<b>31.174.740,34</b>

Fonte: Dirab/Suope

### 4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

A quantidade vendida na SUREG BA/SE foi de 25.759 toneladas de milho, gerando uma receita de R\$ 8.585.062,18, num total de 19.473 atendimentos.

### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Esta Superintendência Regional realizou venda da saca de milho subsidiado aos preços de R\$ 18,12, R\$ 21,00 e R\$ 24,60 em 09 (nove) locais na Bahia e 01 (um) em Sergipe, na tentativa de fazer frente a alta dos preços do produto, provocado pela estiagem prolongada. A avaliação é que mesmo com todos os esforços empreendidos na tentativa de atender a demanda dos produtores, esta SUREG/BA/SE encontrou uma série de dificuldades motivadas principalmente pela baixa oferta de milho em relação a alta demanda dos pequenos criadores soma-se a isso o fato de que a quantidade de cadastros de clientes saltou em pouco tempo de cerca de 250 (duzentos e cinquenta) para mais de 30.000 (trinta mil).

Este aspecto acrescentado à baixa capacidade de armazenagem e quadro de pessoal reduzido nos estados da Bahia e Sergipe fez com que a demanda não fosse plenamente atendida. Em 2013 as previsões são para uma continuidade do período de estiagem o que exigirá maior planejamento, aperfeiçoamento dos normativos do Programa, dos mecanismos de controle, auxílio de pessoal e armazéns para que possamos atender as demandas com eficiência e efetividade.

#### Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 16 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão**

UF	CPF	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
BA	308.559.005-63	Orlando José de Barros Junior	Milho	56160	23.149,92
SE	451.629.305-63	José Almeida da Silveira	Milho	75900	30.750,60

Fonte: Dirab/Supab

#### 4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

#### Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 17 – Dez maiores operações de VEP  
BA**

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL OPERAÇÃO(r\$)
1º	10802770568	ALCIONE MARIA FERREIRA MENEZES	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	961	211.313,80
2º	07422624728	GIOVANI CATELAN	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	810	166.009,40
3º	00195326000111	CONFRIGO FRIGORIFICO LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	663	142.356,30
4º	06215602515	CARLOS AUGUSTO PIMENTADA SILVA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	975	122.685,00
5º	37521802500	MAURO FRANCISCO DE MORAIS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	600	102.785,00
6º	15935809591	RAIMUNDO DA CRUZ BASTOS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.000	88.100,00
7º	73351741553	DARIO MASCARENHAS DE OLIVEIRA NETO SEGUNDO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	975	83.550,00
8º	02773199782	JUSCIMAR MODENEZI DE ALMEIDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.100	83.050,00
9º	07172514700	CLEOMAR MODENEZI DE ALMEIDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.036	77.954,32
10º	15339183000222	AVICOLA AVK LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.000	54.800,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>9.120</b>	<b>1.132.603,82</b>

Fonte: Dirab/Suope

## SE

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL OPERAÇÃO(r\$)
SE	25619098591	TERESA CRISTINA BRITO VILAS BOAS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	5.608	1.162.248,25
	00408131500	STENIO DE SOUZA MAYNART	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2.866	608.247,47
	02139839404	EDILSON ARAUJO SANTOS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.600	346.020,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>10.074</b>	<b>2.116.515,72</b>

Fonte: Dirab/Suope

## Resultado financeiro geral

## Quadro 18 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Arroz e trigo		
		Sacaria (mil unid)	8.008,0	7.915.050,30
	Contrato de Opção	Arroz	268.647,0	160.939.326,60
Subvenção	Leilões de PEP	Sisal e trigo	949.035,5	85.595.728,77
	Leilões de PEPRO	Laranja e trigo	87.766,1	4.251.201,52
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>1.313.456,6</b>	<b>258.701.307,19</b>
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal	1.133.713,0	580.370.994,39
	Venda em Balcão	Quirera, farelo de arroz e milho	374.855,6	135.919.075,23
Subvenção	VEP	Milho	34.387,1	4.298.913,17
<b>Total das Vendas e Subvenção</b>			<b>1.542.955,7</b>	<b>720.588.982,79</b>
<b>Resultado Geral</b>			<b>229.499,1</b>	<b>461.887.675,60</b>

Fonte: Dirab/Suope

Esta modalidade de venda é denominada de Vendas para o Escoamento de Produto – VEP, onde é paga uma subvenção para os adquirentes definidos no Aviso específico (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, industrias de ração e suinocultores) que adquirem o estoque do governo e promovem o escoamento do produto para uma região de consumo. O adquirente efetua o pagamento do produto à CONAB e pleiteia o recebimento da subvenção, mediante a comprovação do escoamento do produto.

Como pode ser observado no quadro acima, as operações de VEP restringiram-se ao produto milho em grãos a granel, estoque do Governo Federal armazenados no Centro-Oeste.

Este instrumento foi extremamente importante para o abastecimento nos Estados da Bahia e Sergipe em virtude da escassez do produto na Região Nordeste.

## 5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

### 5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

O Prohort é um programa voltado para o apoio à modernização dos mercados atacadistas de hortigranjeiros. Sua finalidade é fomentar o desenvolvimento do setor, garantindo o abastecimento, a melhoria e a ampliação das funções dos mercados atacadistas.

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br).

– **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;

– **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;

– **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;

– **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

**Quadro 19 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas**

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
BA	3	3	3	3	1
SE	1				
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

**Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).**

**Quadro 20 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros**

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação (%)	Valor (R\$)		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
CEASA-BA - Juazeiro	786.646,70	599.298,00	-23,82	713.202.571,00	649.893.848,00	-8,88
CEASA-BA - Paulo Afonso	28.946,20	12.533,00	-56,7	32.724.549,51	19.349.191,39	-40,87
CEASA-BA - Salvador	441.526,60	519.034,80	17,55	545.038,19	724.334,97	32,9
<b>Total</b>	<b>1.257.119,50</b>	<b>1.130.865,80</b>	<b>-62,97</b>	<b>746.472.158,70</b>	<b>669.967.374,36</b>	<b>-16,85</b>

Fonte: Site [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br)

## 5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

### Análise sobre os principais resultados da Refap: número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas

Na Bahia são 32 Varejistas cadastrados, consolidados em uma Central de Negócios formada.

#### Ações realizadas para a formação das Centrais

No ano de 2012, foi promovida a comercialização 54,8 toneladas de açúcar, leite e arroz junto aos varejistas cadastrados. Esta ação contribuiu com a política de expansão do comércio em diversos bairros da capital, fortalecendo ainda mais as unidades varejistas filiadas a REFAP, que tiveram a oportunidade de oferecer preços atrativos para sua clientela, basicamente composta de famílias de baixa renda.

Durante o ano de 2012, os varejistas da Central Baiana de Supermercados filiada a REFAP, participaram do Projeto Piloto do SEBRAE Nacional, chamado de “*Na Medida*”, módulo Gestão Financeira.

A Central também foi selecionada para participar da palestra “*Casos de Sucesso*” na SUPERBAHIA 2012 – 3º FEIRA E CONVENÇÃO BAIANA DE SUPERMERCADOS, ATACADISTA E DISTRIBUIDORES, realizado no Centro de Convenções de Salvador, onde nos três dias do evento foram negociados 300 milhões de reais em produtos. Os varejistas participaram ainda de diversas palestras, estimulando o cooperativismo como estratégia de desenvolvimento do pequeno varejo.

Com a formação da Central, houve uma aproximação com outras Redes formadas há mais tempo como a Rede Mix Bahia e a Associação Baiana de Supermercados, O contato com estas instituições, proporcionou a implementação de grandes negócios e crescimento empresarial.

Os filiados da Central no início não tinham sequer cadastros no CNPJ, tão pouco participavam de palestras e/ou cursos. Após a filiação, alguns tiveram um crescimento da sua atividade, com a abertura de filiais, reformas e aquisição de imóveis.

Em 2012, a Central promoveu o lançamento da embalagem de 1 quilo do feijão com a marca da Central Baiana de Supermercados – CBS.

O grau de escolaridade dos varejistas, falta de acesso às grandes marcas, falta de capital de giro e carga tributária alta (a maioria trabalhava na informalidade), também foram dificuldades encontradas na sensibilização dos varejistas na implementação da Central.

**Quadro 21 – Demonstrativo de Vendas pela REFAP**

Produto	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Leite em pó	12.050,0	79.845,00	20	20
Arroz beneficiado	31.950,0	25.950,00	20	120
Açúcar cristal	10.800,0	14.040,00	19	38
<b>Total</b>	<b>54.800,0</b>	<b>119.835,00</b>	<b>59</b>	<b>178</b>

Fonte: X-Fac



### 5.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort		2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Estimar o percentual de mercados atacadistas nacionais de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort.	0,00%	33,33%	33,33%
Análise do Resultado: O mercado atacadista de Salvador foi inserido na base de dados da Conab/Prohort em 2008; o de Paulo Afonso, inserido em 2010; e Juazeiro, inserido em 2011.				

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

**Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas. Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício). Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados.**

**Quadro 22 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias**

Posição 31.12.2012

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
BA	EMBALAGENS	4,0	40.756,00
	MAMONA	544,9	726.127,20
	<b>TOTAL SUREG BA</b>	<b>548,9</b>	<b>766.883,20</b>

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

A atividade armazenagem na CONAB, tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, bem como das Políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento social e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno.

O quadro abaixo, indica os produtos de terceiros armazenados nas Unidade Armazenadoras da Regional BA/SE, cuja armazenagem gerou receita da ordem de R\$ 29.429,90 (vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa centavos).

Os demais produtos armazenados na Unidades Armazenadoras pertencem aos estoque do Governo e estão relacionados no quadro 7.2 - Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias.

### **Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas**

**Quadro 23 – Resultado dos Serviços de Armazenagem**

<b>Discriminação</b>	<b>BA</b>
<b>Receita de Vendas e Serviços</b>	<b>29.429,90</b>
<b>Receita de Vendas</b>	-
vendas estoques estrategicos	-
Recebimento de Vendas em Balcão	6.260.697,02
Repasso de Vendas em Balcão	(6.260.697,02)
Recebimento da Agricultura Familiar	113.347,14
Repasso de Vendas da Agricultura Familiar	(113.347,14)
vendas estoques reguladores PGPM	-
Vendas PGPM	2.442.986,32
Repasso de Vendas da PGPM	(2.442.986,32)
vendas Abastecimento Social	-
vendas atacado	-
adições a receita de vendas	-
Receita de Serviços	29.429,90
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(1.632,54)
<b>=Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>27.797,36</b>
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-
<b>=Lucro bruto operacional</b>	<b>27.797,36</b>
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>(18.964.758,83)</b>
Despesas de Pessoal	(13.193.130,75)
Despesas Financeiras	-
Despesas Comerciais e Administrativas	(5.771.628,08)
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>16.821.007,89</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>2.925.082,73</b>
<b>Resultado</b>	<b>809.129,15</b>

Fonte: Diafi/Sucon

A receita com armazenagem de produtos de terceiros no ano de 2012 foi de apenas R\$ 29.429,90 (vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa centavos), ficando bem abaixo da receita de R\$ 726.127,20 (setecentos e vinte e seis mil, cento e vinte e sete reais e vinte centavos) obtida no exercício de 2010.

A receita foi possibilitada pelo armazenamento de 544,9 toneladas de mamona na UA/Irecê.

Havia a expectativa da formalização de um Contrato de Depósito pela UA/Irecê com a Petrobras Biocombustível foi frustrada pela grande quebra de safra de mamona, provocada pela seca iniciada no início do ano de 2012 e prolongada por todo o exercício.

A quebra da safra de verão, também inviabilizou a captação de estoques privados para armazenamento na Unidade de Irecê.

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

A rede armazenadora própria sob a jurisdição da SUREG BA/SE é composta de 05 Unidades no Estado da Bahia e 01 no Estado de Sergipe, com capacidade estática total de 37.000 toneladas, em ambiente natural.

#### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

**Quadro 24 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns**

UF	SUREG	UNIDADE ARMAZENADORA	Nº ARM.	CAPACIDADE ESTÁTICA (t)				Média de Ocupação anual	% OCUPAÇÃO
				CONVENCIONAL	GRANEL	FRIGORIFICO	TOTAL		
BA	SUREG-BA	ENTRE RIOS	1	2.000			2.000	495	24,73
		IRECE	6	23.400			23.400	4.395	18,78
		ITABERABA	1	2.000			2.000	721	36,04
		RIBEIRA DO POMBAL	1	4.400			4.400	463	10,53
		STª MARIA DA VITÓRIA	1	2.000			2.000	340	17,00
		<b>TOTAL SUREG-BA</b>	<b>10</b>	<b>33.800</b>			<b>33.800</b>	<b>6.414</b>	<b>18,98</b>
SE	SUREG-SE	ITABAIANA	1	3.200			3.200	3.242	101,31
		<b>TOTAL SUREG-SE</b>	<b>1</b>	<b>3.200</b>			<b>3.200</b>	<b>3.242</b>	<b>101,31</b>
		<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11</b>	<b>37.000</b>			<b>37.000</b>	<b>9.656</b>	<b>120</b>

Fonte: Suarm/Gearm

Conforme demonstra o quadro acima, a taxa de ocupação apresenta baixo índice, Este resultado é decorrente do fato das Unidades terem operado basicamente com os programas sociais. Outro fator que contribui para este índice é a alta rotatividade do milho em grãos que foi destinado às Unidades para comercialização através do Programa Venda em Balcão.

#### Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

**Quadro 25 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
BA	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	23.780	34.481,00
	ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO	-	5.886	7.332,62
	CAFE ARABICA EM TIPO	-	635.250	3.518.306,57
	MILHO EM TIPO	-	495.718	496.886,14
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	0	42.010	111.326,50
	<b>Subtotal BA</b>			<b>1.202.644</b>
SE	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	12.400	15.872,00
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	245.100	388.973,70
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	134.016	419.707,04
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	0	43.560	115.434,00
	<b>Subtotal SE</b>			<b>435.076</b>
<b>Total</b>			<b>1.637.720</b>	<b>5.108.320</b>

Fonte: Suope/Gefoc

Conforme demonstra o quadro acima, no final do exercício de 2012, os estoques públicos depositados na Unidades Armazenadoras próprias somavam 1.637.720 toneladas. Este estoque não sofreram qualquer tipo de anormalidade quanto a sua qualidade.

**Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados****Quadro 26 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados**

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
BA	SISAL LONGA C	-	4.155.476	6.830.196,17

Fonte: Suope/Gefoc

O estoque de 4.155.476 kg de sisal bruto e remanescente dos estoques formalizados através da AGF nos exercícios de 2006/2010, onde foram adquiridos naquela oportunidade 24.490,9 toneladas do citado produto. Parte dos estoques foram comercializados em 2012 através de leilões públicos, em virtude da escassez do produto no mercado ocasionada pelo longo período de estiagem.

O armazenamento do sisal se dá na própria região produtora, onde não há armazéns públicos. São utilizados os armazéns de terceiros credenciados pela CONAB, dando prioridade aos armazéns cuja localização encontra-se mais próxima da região produtora ofertante.

Todos os armazéns credenciados pela Companhia atendem aos requisitos definidos TÍTULO 08 – ARMAZENAMENTO - Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras - COMUNICADO CONAB/MOC No 029, DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto Nº 3.855/2001.

**Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001****a) Principais problemas****b) Demanda por manutenção****c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios**

A Rede Armazenadora Própria da SUREG/BA/SE é composta por 11 armazéns, agrupados em 6 unidades armazenadoras localizadas nos municípios de Irecê, Ribeira do Pombal, Entre Rios, Itaberaba e Santa Maria da Vitória na Bahia e Itabaiana em Sergipe.

A capacidade estática total é de 37.000 toneladas do tipo convencional. Os armazéns que compõem a Rede como um todo, encontram-se em estado regular de conservação, necessitam de manutenção e equipamentos e vem operando dentro das possibilidades das estruturas existentes, construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações, na sua maioria, encontram-se obsoletos/ultrapassados.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas).

No exercício de 2012 foram liberados recursos da ordem de R\$ 233.712,99 (duzentos e trinta e três mil, setecentos e doze reais e noventa e nove centavos) em despesas correntes e de capital. Deste total R\$ 216.059,08 (duzentos e dezesseis mil, cinquenta e nove reais e oito centavos) foram inscritos em Restos a Pagar não Processados, que serão realizados no decorrer de 2013, conforme quadro a seguir.

**Quadro 27 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
BA	Sede Sureg	Aquisição de nobreak		3.534,93			3.534,93
	UA Irecê, UA Entre Rios, UA Itaberaba, UA Santa Maria Vitória, UA Ribeira do Pombal, UA Itabaiana	Aquisição de máquinas de costurar sacaria, Manutenção dos determinadores de umidade, Aquisição de equipamentos de proteção individual			31.354,38	2.768,00	34.122,38
	UA Itaberaba	Aquisição e colocação de telhas contra pássaros	7.100,00				7.100,00
		Aquisição de paletes de madeira				14.744,70	14.744,70
	UA Irecê	Aquisição de paletes de madeira				81.915,30	81.915,30
	UA Itabaiana	Aquisição de 1 máquina copiadora		1.630,00			1.630,00
		Aquisição de uma roçadeira lateral		989,00			989,00
	UA Entre Rios	Aquisição de ar condicionado		4.399,98			4.399,98
		Aquisição de paletes de madeira				21.844,00	21.844,00
	UA Ribeira do Pombal	Aquisição de paletes de madeira				38.227,00	38.227,00
	UA Santa Maria Vitória	Confecção, montagem e pintura de 4 portas de enrolar				5.000,00	5.000,00
		Aquisição de paletes de madeira				20.205,70	20.205,70
<b>Total</b>	<b>3</b>		<b>7.100,00</b>	<b>10.553,91</b>	<b>36.354,38</b>	<b>179.704,70</b>	<b>233.712,99</b>
				<b>17.653,91</b>		<b>216.059,08</b>	

Fonte: Siafi

**d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009****CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNOSTICO – PREVISÃO 2013**

IRECÊ – BA			
Capacidade estática: 23.400	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	
		Obrigatoriedades	
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado		65.000	O4
Sistema de combate a incêndio		255.000	O4
Sistema de movimentação de Produto (Transporte/Movimentação)		20.000	O1
<b>TOTAL</b>		<b>423.000</b>	

**CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO –  
PREVISÃO 2015**

<b>ENTRE RIOS – BA</b>		
<b>Capacidade estática: 2.000</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Recinto de Análise	45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	95.000	O4
<b>TOTAL</b>	<b>223.000</b>	
<b>ITABERABA – BA</b>		
<b>Capacidade estática: 2.000</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Pavimentação	50.000	O3
Recinto de Análise	45.000	O1
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	95.000	O4
Sistema de movimentação de Produto (Transporte/Movimentação)	20.000	O1
<b>TOTAL</b>	<b>248.000</b>	
<b>RIBEIRA DO POMBAL – BA</b>		
<b>Capacidade estática: 4.400</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Pavimentação	70.000	O3
Recinto de Análise	45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	95.000	O4
<b>TOTAL</b>	<b>293.000</b>	
<b>SANTA MARIA DA VITÓRIA – BA</b>		
<b>Capacidade estática: 2.000</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Pavimentação	50.000	O3
Recinto de Análise	45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	95.000	O4
Sistema de movimentação de Produto (Transporte/Movimentação)	20.000	O1
<b>TOTAL</b>	<b>293.000</b>	

<b>ITABAIANA – SE</b>		
<b>Capacidade estática: 3.200</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Pavimentação	50.000	O3
Recinto de Análise	50.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	95.000	O4
<b>TOTAL</b>	<b>278.000</b>	

**LEGENDA:**

O1: Exigência no momento da vistoria

O3: Exigência a partir de dezembro de 2013

O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

**Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado**

**Quadro 28 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda.**

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
BA	634	860,4	3.162,4	4.022,8	Algodão	756,4	157,4
					Arroz	23,2	
					Feijão	117,6	
					Girassol	0,1	
					Mamona	17,9	
					Milho	2.174,3	
					Soja	3.182,6	
					Sorgo	59,1	
					<b>Total Produção</b>	<b>6.331,2</b>	
SE	1	2,6	0,0	2,6	Amendoim	1,6	23.639,5
					Arroz	44,9	
					Feijão	19,7	
					Milho	543,7	
					<b>Total Produção</b>	<b>609,9</b>	
<b>Total</b>	<b>635</b>	<b>863,0</b>	<b>3.162,4</b>	<b>4.025,4</b>	<b>Produção Nacional</b>	<b>166.172,1</b>	<b>2,4</b>

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

**Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador**

A ação está suspensa, tendo em vista a Necessidade de Implementação de Novos Controles, tipo *feedeback* do Participante e redefinição do público alvo beneficiado com o treinamento, bem como, a Regularização da Administrativa do CENTREINAR, Órgão responsável pela execução da Ação, por meio de Convênio CONAB e a FUNARBE.

A Regularização Administrativa do CENTREINAR já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos Representantes da CONAB e da UFV. Destacamos que a retomada da ação depende da disponibilidade de Recursos e da Assinatura de Novo Convênio, e da implementação dos Controles.

**7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos****Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos**



**FISCAIS EM ATIVIDADE NO EXERCÍCIO DE 2012**

Nº	NOMES DOS FISCAIS	U F
1	FAUSTO CARVALHO GOMES DE ALMEIDA	BA
2	FLAVIO JOSE DOS SANTOS NETO	BA/SE
3	JAIR ILSO DOS REIS FERREIRA	BA
4	JAQUELINE CERQUEIRA DOS SANTOS	BA
5	JOSE DE ALMEIDA LIMA NETO	BA
6	JOSE HELDER PAOLILO CARDOSO	BA
7	MANOEL MENEZES DE JESUS	BA/SE
TOTAL		

Posição em 30.09.12

Fiscal que não consta nenhuma quantidade na coluna é porque não participou de operação de fiscalização

A atividade Fiscalização dos Estoques Públicos é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques – Sufis da Matriz da CONAB que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz.

A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro efetivo de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

O quadro de fiscais na SUREG/BA/SE é composto por 14 empregados. Deste total, 8 vem realizando as operações de fiscalização. O demais encontram-se exercendo atividades administrativas ou exercendo funções de confiança. Devido ao grande volume da atividade, há necessidade de recomposição deste quadro para 15 empregados, mediante a realização de treinamento específicos.

**Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos**

No ano de 2012 foram realizadas quatro etapas de fiscalização por fiscais da SUREG BA/SE nos estoques públicos e de terceiros armazenados nas unidades próprias e credenciadas. Foram fiscalizados estoques de produtos vinculados à PGPM, Mercado de Opções, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e vinculados à estratégia Fome Zero.

Não houve registro de ocorrência de perda em armazenagem uma vez que os estoques registrados contabilmente corresponderam aos estoques físicos apurados pela equipe de fiscalização nas visitas efetuadas “*in loco*” nas Unidades Armazenadoras.

**Quantidade de armazéns descredenciados no exercício**

No ano de 2012 não houve descredenciamento de armazém nos Estados da Bahia e de Sergipe, tendo em vista que não foram detectadas ocorrências que justificassem essa providência.

### **7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos. Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local**

A remoção de milho dos Estados do Centro Oeste para a Bahia e Sergipe, foi de suma importância para o abastecimento dos pequenos criadores fortemente atingidos pelos efeitos causados pelo longo período de estiagem. Houve uma perda muito grande dos rebanhos, situação que poderia ter ocorrido com maior gravidade, não fosse a disponibilização do milho comercializado através do Programa Venda em Balcão.

A SUREG BA/SE recebeu também por remoção, leite em pó e arroz beneficiado do Rio Grande do Sul e farinha de mandioca e açúcar de Alagoas/Pernambuco. Estes produtos foram destinados ao atendimento das famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, entretanto não causou qualquer impacto/reflexo na cadeia produtiva local.

## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos e o levantamento das necessidades e o planejamento anual da manutenção física do parque computacional. Para esse último, o Setor de Desenvolvimento Empresarial (SEDEM) dá suporte a todos os usuários da Sede da Regional e as seis Unidades Armazenadoras, sob sua Jurisdição. Como suporte operacional para os sistemas de informática a UJ oferece a sua clientela interna as orientações quanto aos programas, de acompanhamento além das manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos.

As atividades de segurança da informação são desenvolvidas por cada usuário, em suas respectivas responsabilidades a partir de senha pessoal. Os computadores são monitorados com software Antivírus, adquirido em âmbito nacional pela Matriz desta empresa.

O SEDEM atua de forma descentralizada ao realizar *Backups* periódicos e sistêmicos de todos os dados em rede. As Unidades Armazenadoras também dispõem de sistema de *Backups*. A manutenção de *hardware* e redes (lógica e física) é desenvolvida pelo Setor de Desenvolvimento da UJ, realizadas pela Encarregada do Setor e demais colaboradores, com orientação técnica, quando necessária, dos técnicos da Matriz. Para as atividades de suporte e manutenção o SEDEM atua com o quadro de pessoal composto por 3 (três) profissionais efetivos, formado pela Encarregada, um operador de micro e um Assistente de Operações, além de dois estagiários da área de TI, nos dois turnos.

## 9. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

#### **Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados. Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas. Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macroprocessos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## **10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**

### **10.1. Análise dos principais resultados do Projeto Siga Brasil**

#### **Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa**

O Projeto Siga Brasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da Conab (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geosafra.

#### **Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas**

A Conab tem conhecimento e experiência acumulada (desde 1976) na elaboração de custo de produção agrícola e a sua metodologia tem sido observada por entidades estatais e não estatais para estudos e fonte de informação para tomada de decisões administrativas, econômicas, financeiras e operacionais.

A Companhia tem em seus arquivos custos relacionados com culturas temporárias, semi perenes e permanentes, além de produtos ligados à avicultura, suinocultura, caprinocultura, atividade leiteira, extrativismo e sociobiodiversidade.

Os custos elaborados têm resultados práticos para a sociedade, e oferecem informações substanciais para a elaboração de políticas públicas para os segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo (máquinas e implementos agrícolas, agrotóxicos e fertilizantes, mudas e sementes etc). Os trabalhos de custos da Conab são cercados, principalmente, de respeitabilidade, credibilidade, confiabilidade, consistência e transparência, pelas instituições públicas e não estatais.

No exercício 2012, atualizamos os custos de produção das seguintes culturas, referente ao estado da Bahia: cana-de-açúcar, citrus, feijão cores, feijão macassar, inhame, mandioca, maracujá e manga. Para o estado de Sergipe, atualizamos o custo de produção do citrus.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

### 11.1. Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

Área de Conhecimento														Total	
Administrativa		Auditoria		Comunicação Social		Educação e Desenvolvimento		Financeira		Jurídica		Planejamento			
Nº Treinados	Homens/Horas	Nº Treinados	Homens/Horas	Nº Treinados	Homens/Horas	Nº Treinados	Homens/Horas	Nº Treinados	Homens/Horas	Nº Treinados	Homens/Horas	Nº Treinados	Homens/Horas	Nº Treinados	Homens/Horas
2	27:00:00	1	36:00:00	25	250:00:00	4	400:00:00	8	304:00:00	3	64:00:00	10	177:00:00	53	1258:00:00
2	27:00:00	1	36:00:00	25	250:00:00	4	400:00:00	8	304:00:00	3	64:00:00	10	177:00:00	53	1258:00:00

### 11.2. Informações sobre recursos humanos da Conab

#### Composição do quadro de servidores ativos

##### Quadro 29 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregado em Cargos Efetivos</b>	Não há	155	1	2
1.1. Cargos de Carreira	-	155	1	2
<b>2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)</b>	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
<b>3. Conselheiro de Administração / Fiscal</b>	Não há			
<b>4. Pensão Vitalícia</b>	Não há			
<b>5. Total de Empregados (1+2+3+4)</b>		155	1	2

Fonte: Dige/Sugep

A variação de força de trabalho da Sureg/BA/SE, decorreu em face do falecimento de um empregado, a transferência de outro para a Superintendência Regional de São Paulo e a readmissão de um outro por força da Lei de Anistia nº 8.878/94.

##### Quadro 30 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2)</b>	<b>31</b>
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	31
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>1</b>
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	1
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)</b>	<b>32</b>

Fonte: Dige/Sugep

A Sureg/BA conta com um quadro efetivo de 155 empregados, sendo que, destes, 31 estão cedidos para outros órgãos.

A grande maioria se encontra lotada em órgãos localizados em municípios onde a Conab não possui unidade representativa e foram cedidos/redistribuídos nos locais onde residem pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo em vista que o retorno dos mesmos ao serviço independe da existência de vaga para o cargo ou emprego, conforme previsto no Decreto 6.077/2077 e na Lei de Anistia nº 8.878/94.

Em que pese o quantitativo significativo de pessoal cedido, o reaproveitamento dos mesmos para a Companhia não resolveria a deficiência atual de empregados, em face da grande maioria ser enquadrada nos cargos de ASG - Auxiliar de Serviços Gerais, AAD - Auxiliares Administrativos/Operacional e a necessidade da UJ está voltada para os cargos de Assistentes e Analistas.

Ainda que os empregados enquadrados na classe de cargos ASG pudessem ser aproveitados nas Unidades Armazenadoras que têm deficiência do referido cargo, a faixa etária desses empregados, com média superior a 60 (sessenta) anos, além dos problemas de saúde que muitos apresentam, dificultam o reaproveitamento, tendo em vista que as atividades do cargo requerem esforço físico.

### Quadro 31 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	-	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		24	9	9
1.2. Empregado com Contrato Especial/ Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	-	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

Fonte: Sugep, Sutin e Sistema Sênior

Os exercentes de funções gratificadas da UJ, estão na conformidade do disposto nos artigos 153 e 154 do Regimento Interno da Companhia, NOC 10.104.

### Quadro 32 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>34</b>	<b>63</b>	<b>22</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		5	34	63	22
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Carreira	1	7	9	14	
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>43</b>	<b>77</b>	<b>22</b>

Fonte: Digep/Sugep

A Conab como um todo conta com um quadro de empregados com idade média superior a cinquenta anos. Na UJ, o percentual de empregados com idade entre 51 a 60 anos, corresponde a 49,67% e de idosos 14,19%.

A idade média alta interfere apenas nas funções que exigem esforço físico, como as dos

Auxiliares de Serviços Gerais que executam atividades braçais, ao exemplo do pessoal da limpeza e os que apoiam as atividades dos armazéns.

O que de fato afeta o desempenho de boa parte dos empregados, não apenas da UJ mas da CONAB como um todo, não é a média alta de idade e sim o comodismo gerado pela falta de uma Política de Recursos Humanos que motive os empregados, para que estes se desenvolvam e assim possam melhorar o desempenho, aumentar a produtividade e assim progredir através de seu desenvolvimento.

O desenvolvimento patrocinado pela Companhia, não atrai a maioria dos empregados, pois os mesmos nada ganham ou pouco ganham com isso, nem perdem se não o fizerem, pois estão atados a um Plano de Cargos e Salários não condizente com a realidade da instituição.

A UJ nada pode fazer, a não ser oferecer capacitações, para potencializar o desempenho de seus empregados. Porém as capacitações são insuficiente por problemas de ordem burocrática, quantitativo muito grande de empregados enquadrados como Auxiliares, cujas capacitações não são voltadas principalmente para a atividade finalística da Companhia e dificuldade de aprendizagem de muitos anistiados que estiveram fora do mercado de trabalho por muito tempo, além de uma constante e regular gama de atividades que dificulta a liberação de empregados para realizarem treinamentos.



**Quadro 33 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<b>1. Empregado de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>73</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Em Cargo de Carreira		1	9	13	11	1	73	2	10	2	2			
<b>2. Empregado em Função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Carreira							17		7	6	1			
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>90</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**LEGENDA - Nível de Escolaridade:** 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

O surgimento da Conab se originou da fusão de três empresas públicas, a **Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal)**, a **Companhia de Financiamento da Produção (CFP)** e a **Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem)**, que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente.

Com a fusão a Conab herdou empregados de diversos níveis de escolaridade, com predominância para o 2º grau completo.

As políticas de enxugamento da empresa e problemas de ordem administrativa levaram para um ingresso significativo de empregados com formação superior. Dos (16) dezesseis lotados na UJ, restaram apenas 02 (dois).

Com a edição da Lei de Anistia nº 8.944/94, a UJ recebeu diversos empregados anistiados, sendo que nenhum destes com enquadramento no cargo de Analista. A grande maioria, com 2º grau completo, são enquadrados no cargo de Auxiliar (Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Operações e Auxiliar Administrativo), que executam atividades simples.

Para minimizar os efeitos da falta de profissionais com nível superior, a Companhia realizou Concurso Público, para ocupar as vagas existentes, porém, tal medida não foi suficiente para suprir as necessidades da UJ.

Nos últimos anos, nos diversos segmentos públicos e privados, tem-se verificado uma maior exigência de escolaridade até mesmo em atividades simples.

Atualmente as atividades da Conab, tem predominância em diversas áreas do conhecimento (Administração, Arquitetura, Arquivologia, Assistência Social, Direito, Engenharia, Medicina do Trabalho, etc.), portanto, precisa de profissionais qualificados com maior nível de escolaridade, pois o quantitativo de profissionais com nível superior, em seu quadro de empregados, inclusive desta UJ não é compatível com suas necessidades.

Vale registrar que também há necessidade de profissionais com nível médio, cabendo a empresa rever seu Plano de Cargos e Salários de forma que possa melhor aproveitar os empregados enquadrados como Auxiliar, que têm o 2º grau completo, que podem ser capacitados e contribuir também para um melhor desenvolvimento das atividades da companhia que não requeiram maior nível de conhecimento acadêmico.

### **Composição do quadro de estagiários**

**Quadro 34 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	158.192,39
1.1 Área Fim	9	10	11	13	
1.2 Área Meio	7	7	2	5	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
2.1 Área Fim	0	2	3	3	
2.2 Área Meio	1	1	0	0	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>158.192,39</b>

Fonte: SUREG BA/SEREH

**Custos associados à manutenção dos recursos humanos****Quadro 35 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retrocessões	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2010	5.708.779,33	-	-	-	285.164,50	1.326.623,43	-	389.183,52	-	7.709.750,78
	2011	6.568.809,88	-	-	-	203.025,50	1.355.098,23	-	22.375,98	-	8.149.309,59
	2012	7.800.928,10	-	-	-	260.445,50	1.528.468,63	-	201.192,77	-	9.791.035,00
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2010	1.021.411,21	-	-	-	-	335.108,20	-	15.897,48	-	1.372.416,89
	2011	1.116.171,84	-	-	-	752,00	338.385,42	-	25.990,78	-	1.481.300,04
	2012	1.355.415,75	-	-	-	1.692,00	359.746,62	-	31.423,96	-	1.748.278,33
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2010	2.591.969,20	-	1.212.316,20	-	42.427,00	429.909,96	-	230.907,38	-	4.507.529,74
	2011	3.350.283,40	-	1.238.204,16	-	41.955,00	503.717,70	-	23.450,96	-	5.157.611,22
	2012	4.057.604,55	-	1.337.012,48	-	28.954,00	569.566,56	-	109.168,10	-	6.102.305,69
<b>Pensão Vitalícia</b>											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Digeop/Sugep

A evolução do custo com empregados em relação aos exercícios anteriores se deu em função dos ajustes salariais e do ingresso de novos colaboradores, readmitidos por força da Lei de Anistia nº 8.944/94, em cada ano.

Em 2012 o percentual de custo dos cedidos em relação ao total de empregados da UJ, foi na ordem de 9,91%. Já o custo dos servidores que ocupam cargo comissionado/função de confiança em relação ao total, corresponde a um percentual de 34,59%.

**ENCARGOS SOCIAIS**

EMPREGADOS CEDIDOS					
2010	R\$	2011	R\$	2012	R\$
24 - BAHIA	198.103,35	24 - BAHIA	223.818,24	24 - BAHIA	282.230,19
DEMAIS EMPREGADOS					
2010	R\$	2011	R\$	2012	R\$
24 - BAHIA	2.429.798,92	24 - BAHIA	2.780.975,38	24 - BAHIA	3.366.064,59

O quadro de custos não contempla os encargos sociais acima trazidos.

## Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

### Quadro 36 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante																
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento																
UG/Gestão: 135.101										SUREG/BA/SE						
Informações sobre os contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores		
					Início	Fim	F		M		S			P	C	
2012	V	O	005/2012	16.207.888/0001-78	11/02/13	10/02/14	-	4	-	-	-	-	-	P	-	4
2012	V	O	014/2012	42.035.097/0001-18	19/04/12	18/04/13	-	23	-	-	-	-	-	A	-	23

**Observações:**  
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte:

### Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

No exercício de 2012 houveram duas demissões, uma a pedido e outra por falecimento. Houve também a admissão de um anistiado, por força da Lei de Anistia 8.944/94.

### Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Na UG há diversos empregados aposentados, pois, para os celetistas a aposentadoria não é causa para a rescisão de contrato. Também, não há aposentadoria compulsória como ocorre com os estatutários, assim os empregados com idade superior a 70 (setenta) anos podem continuar trabalhando.

Os Planos de Demissão Incentivadas, assim como a recomposição de pessoal é de competência da Diretora de Gestão de Pessoas, não cabendo a UJ qualquer providência sobre o assunto, que não seja o da identificação da necessidade de força de trabalho.

Em 2012, por meio do processo nº 21205.697/2012-53, a UJ identificou a necessidade de força de trabalho e o submeteu à Matriz para as providências competentes.

### Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

1	<b>Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	155	157	148
<b>Análise:</b> Não houve rotatividade de empregados no âmbito da Regional/BA/SE. O aumento de empregados entre os exercícios de 2010 e 2011, se deu em função da readmissão de 10 empregados, por força da Lei de Anistia nº 8.844/94 e a redução se deu pelo falecimento de um empregado. Já com relação aos exercícios de 2011 e 2012, houve uma redução em função da transferência de uma empregada para outra Superintendência Regional e o falecimento de um empregado.				
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	56,13%	71,34%	66,89%
<b>Análise:</b> Os exames médicos periódicos são realizados por quase todos os empregados, no mês em que realizam aniversário. Porém, os ASOS só são entregues pelos conveniados com uma defasagem de até 02 (dois) meses, o que não permite computar, dentro do próprio exercício, todos os exames realizados. Os exames não realizados dentro do exercício, decorrem por motivos de afastamentos, licenças e férias tiradas entre os meses de novembro e dezembro.				
3	<b>Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	1	0	1
<b>Análise:</b> As Normas Regulamentadoras do Trabalho e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais são acompanhados por empresa especializada, contratada para tal fim, através do processo administrativo nº 21205.000329/2009-18, além do Setor de Recursos Humanos e Cipistas. Em 2010 houve um acidente de trabalho, devido ao capotamento de um veículo dirigido por um empregado da Regional/BA em viagem a serviço. Já em 2012, o acidente ocorreu com uma empregada da Sureg/BA, no corrimão da escada uma Agência da Caixa Econômica Federal, quando estava prestando serviço externo.				
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	12,26%	12,74%	13,51%
<b>Análise:</b> A evolução do quadro de empregados com nível superior da Sureg/BA/SE, se deu em função do ingresso de empregados readmitidos, de nível médio, por força da Lei de Anistia nº 8.844/94, e transferência de uma empregada com nível superior no ano de 2012, para outra Regional, situações que fizeram com que houvesse variação dos percentuais em relação a todo corpo funcional. Porém, de fato, só houve a diminuição do quadro pela transferência de uma empregada.				

### 11.3. Previdência Complementar (Cibrius)

#### Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

#### Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

#### Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

No âmbito da SUREG/BA/SE foram 32 (trinta e dois) participantes ativos, com valor de contribuição de R\$ 249.669,73, representando 1,64% (um vírgula sessenta e quatro por cento) do total.

#### Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

No âmbito da SUREG/BA/SE foram 32 (trinta e dois) participantes ativos, com valor de

contribuição patronal de R\$ 247.363,38, representando 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento) do total.

### Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

No âmbito da SUREG/BA/SE foram 24 (vinte e quatro) participantes assistidos, com valor pago dos benefícios de R\$ 420.592,22, representando 1,84% (um vírgula oitenta e quatro por cento) do total.

### Resultado financeiro do CIBRIUS

(objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

#### Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/nº 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

### **Demonstrativo da Posição das aplicações do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

### **Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a

aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

*Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:*

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

*Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”*

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1. Programas e Ações do PPA

**Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA**

**Quadro 37 – Ações orçamentárias da UJ**

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	186.840	30	55.000.000,00	10.657.462,58
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	4	3	206.295,52	17.653,91
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	25	20	9.000,00	0,00
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	55	81	100.000,00	52.694,86
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	60.000,00	46.997,92
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	-	-	0,00	3.095,20
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	4.050.000,00	4.021.815,64
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.700.000,00	2.629.492,81
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	480	461	970.000,00	951.044,07
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	145	87	65.000,00	70.272,36
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	140	150	47.000,00	45.861,72
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	155	155	940.000,00	939.162,22
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	60	53	50.000,00	39.727,67
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	10.000,00	6.670,93
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	412.000,00	411.591,75

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

### Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

Ação 2130 - Os produtos amparados pela PGPM apresentaram, de modo geral, preços equilibrados, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, não necessitando da intervenção do governo, situação que se agravou pelo longo período de estiagem.

Ação 2829 – Os gastos com a recuperação da rede própria ficaram abaixo do previsto, tendo em vista que grande parte foi inscrita em Restos a Pagar não Processados e que serão executados no exercício de 2013.

Ação 4702 – A meta física atingida foi de 80%, sendo que não houve execução da meta financeira tendo em vista que os trabalhos foram efetuados oportunizando-se viagens dos técnicos para outras atividades.

Ação 2137 – A meta física detectada foi de 147%, ou seja mais estoques foram fiscalizados que o previsto, entretanto isso não comprometeu os recursos disponibilizados na Meta Financeira que foi de somente 52,6%.

Ação 20CW: No ano de 2012 a meta física prevista foi de 145 exames. No exercício foram realizados 87 exames, correspondente a 60% da meta física. A meta não foi atingida integralmente devido ao fato de que alguns empregados realizaram seus exames periódicos dentro do prazo, mas os resultados foram entregues a empresa em janeiro/13, assim como, por motivo de férias no mês de dezembro/12, tratamento de saúde, licença maternidade e afastamentos pelo INSS, dentre outros. Os exames realizados no exercício de 2012 foram faturados dentro do próprio exercício, o que justifica que os exames foram realizados de acordo com a meta prevista.

Ações 2011 e 2012: As metas foram estabelecidas pela Matriz da Conab.

Ação 4572: A dotação orçamentária global foi de R\$ 50.000,00 e a meta física prevista de 60 treinamentos. Durante o exercício de 2012 foram realizados 53 treinamentos, 88% da meta



prevista, ao custo total de R\$39.727,67 correspondente a 79,45% da dotação prevista.

Ação 2004: Houve redução de 480 para 461 atendimentos e de R\$ 970.000,000 para R\$ 951.044,07. Esta diferença deve-se ao fato da diminuição de cirurgias de grande porte.

Ação 0022: A execução da Sureg/BA/SE nesta Ação foi de 66,71% da meta de execução financeira, o que representa uma proatividade da área jurídica da Companhia.

### Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Nos últimos exercícios tem-se observado baixa execução da recuperação da Rede própria em virtude da indisponibilidade de mão de obra qualificada para elaboração dos projetos básicos. Para corrigir esta deficiência a CONAB Matriz autorizou o credenciamento de empresa de engenharia, arquitetura e urbanismo, entretanto as tentativas realizadas pela SUREG BA/SE não se mostraram exitosas tendo em vista que apesar da ampla divulgação do Edital nenhum interessado se apresentou.

### Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

**Quadro 38 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ**

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	5.587.649,03
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	41.714.765,95
	2802 - Oper Aquisição alimentos	120.961,30
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	2.082.777,06
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	562,50
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	943,95
<b>Total</b>		<b>49.507.659,79</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A SUREG/BA/SE apenas executa os Convênios firmados no âmbito da Matriz.

### Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

### Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

UF	COMUM. DE TERREIRO		
	N <sup>a</sup>	N <sup>o</sup>	ALIM.
	FAM.	ATEND.	ENT. (KG)
BA	1.850	9.900	172.205
SE	200	800	16.400
<b>TOTAL</b>	<b>2.050</b>	<b>10.700</b>	<b>188.605</b>

Viabiliza a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana em todo o território nacional.

## 12.2. Demonstrações Contábeis

### Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Verificar anexo I – Pág. 75

## 12.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário

### Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

**Quadro 39 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Salvador	0	1	O imóvel localizado em Ilhéus encontra-se em processo de devolução à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.
Entre Rios	1	1	
Ribeira do Pombal	1	1	
Itaberaba	1	1	
Sta Maria da Vitória	1	1	
Irecê	1	1	
Teixeira de Freitas	1	1	
Ilhéus	1	1	
<b>Bahia</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	
Itabaiana	2	2	Firmado contrato de Cessão com opção de compra e venda, com o Município de Nossa Senhora da Glória /SE, pelo prazo de 20 (vinte) anos a partir de 09/12/2005, data da assinatura do contrato, com término em 08/12/2025
Nossa Senhora da Glória	1	1	
<b>Sergipe</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	

Fonte: Diafi/Supad

**Quadro 40 – Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis locado de terceiros pela UJ	
	Exercício 2012	Exercício 2011
<b>Bahia</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Salvador	1	1

Fonte: Diafi/Supad

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

**Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.**

**Quadro 41 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
<b>Procedimentos de Controle</b>					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva,				X	

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: GEFAD, GEOPE e GEDES.

## **Resultados e Conclusões**

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional nos estados da Bahia e de Sergipe, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e falta de estrutura física.

Importante frisar que, em meados de 2012, a SUREG/BA/SE esteve voltada a atender/operacionalizar ação emergencial para mitigar os efeitos da estiagem prolongada, que atingiu os municípios amparados pela SUDENE, em situação de Decreto de Emergência, através do Programa Venda em Balcão Especial (produto milho), em cumprimento à Portaria Interministerial nº 470, de 25.04.2012, prorrogada em várias ocasiões. Presentemente, está vigente a de nº 103, de 27.02.2013.

Por fim, em face da emergencialidade acima relatada, as demais atividades desempenhadas no âmbito desta Regional restaram compartilhadas com a demanda relativa às ações impendidas, tendo em vista que, com o efeitos da estiagem e, por consequência, faltando-lhes o alimento minimamente consumível, o pasto, os rebanhos foram dizimados, de sorte que a venda de milho para composição de ração à esses animais, movimentou em muito o labor de diversos empregados desta Empresa Pública Federal.

Salvador, 31 de maio de 2013.

**ROSE EDNA MATA VIANNA PONDÉ**  
**Superintendente Regional**  
**SUREG BA/SE**

**ANEXO I - Demonstrações Contábeis**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Quadro 42 - Balanço Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25

<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 43 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**



Diretor de Política Agrícola e Informações

Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Quadro 44 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925.365,90</b>	<b>1.512.002.937,51</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>1.143.777.023,65</b>	<b>1.485.458.349,46</b>
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.148.342,25</b>	<b>26.544.588,05</b>
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073.328,76</b>	<b>51.072.109,48</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852.037,14</b>	<b>1.460.930.828,03</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252.026,05</b>	<b>1.802.447.120,83</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
<b>EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-696.840.007,96</b>	<b>-554.555.037,22</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.449.939,48</b>	<b>213.006.674,31</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468.149,53</b>	<b>717.158.725,56</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924.223,30</b>	<b>413.343.157,13</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.543.926,23</b>	<b>303.815.568,43</b>
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199.545,59</b>	<b>530.120.796,49</b>
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0,00</b>	<b>-188.982,97</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>8.181.335,54</b>	<b>26.157.728,21</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.713.548,34</b>	<b>8.985.215,42</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.382.929,49</b>	<b>8.441.523,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75

Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>669.381,15</b>	<b>-543.691,84</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>69.894.883,88</b>	<b>35.142.943,63</b>
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

#### Quadro 45 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade

Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 46 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**

Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

### Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

#### **Nota 3 – Alterações na Legislação Societária**

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

#### **Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

*a) Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

*b) Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

*c) Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*c.1) Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

*c.2) Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**e) Almoxarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**f) Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**g) Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**h) Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

**i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**j) Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**k) Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

**l) Reconhecimento da Receita:**

**l.1) Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**l.2) Diferimento de Receitas:** O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

**m) Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o

valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

*n) Regime de Tributação:* Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

#### Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

#### Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);



- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

#### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

Em R\$ mil

#### b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546

Em R\$ mil

Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

#### Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

##### a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

Em R\$ mil

##### b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

Em R\$ mil

#### Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

#### Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

#### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

#### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

#### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

#### Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

Em R\$ mil

### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

Em R\$ mil

### **Ativo Contingente – Provável**

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indêbitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

Em R\$ mil

### **Nota 16 – Operações de Crédito**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

### **Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

### **Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio**

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

### **Nota 19 – Resultado do Exercício**

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

## Nota 20 – Patrimônio Líquido

**a) Capital Social:** O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**b) Reserva Legal:** Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

**c) Reserva de Retenção do Lucro:** Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

## Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

## Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

### **a) Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo

**Plano de Custeio.** A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### **b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS**

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

#### **Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução N° 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

## Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

### a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

### b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA



**Diretor de Operações e Abastecimento**

**SILVIO ISOPO PORTO**  
**Diretor de Política Agrícola e Informações**

**Diretor de Gestão de Pessoas**

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
**Superintendente de Contabilidade**  
**Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53**